

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**18 a 20
Nov
2017**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguêis

Justiça inaugura Centro de Juizados da Infância

O Centro Avançado dos Juizados da Infância e da Juventude de Vitória será inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Annibal de Rezende Lima, no próximo dia 24, em Santa Martha, Vitória.

O centro foi pensado para que os trabalhos sejam realizados de acordo com as exigências estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Campanha contra violência doméstica

A Justiça do Estado realiza de hoje a sexta-feira, a 9ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, campanha contra violência doméstica. O ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha fará atendimentos hoje, das 14h às 17h, na sede do TJ-ES e, de amanhã a sexta-feira, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha.



ÔNIBUS ROSA da Justiça

Atendimento a mulheres vítimas de violência começa nesta 2ª em Vitória

Os atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar acontecerão no dia 20/11 em Vitória, e de 21 a 24/11, em Vila Velha

Mulheres vítimas de violência vão receber atendimento jurídico no ônibus rosa, do Tribunal de Justiça a partir desta segunda-feira (20), no Espírito Santo.

A solenidade de abertura da 9ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa acontecerá em frente ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), localizado na Rua Desembargador Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, em Vitória. O evento de lançamento contará com a presença de autoridades e parceiros envolvidos no combate à violência contra a mulher.

Os atendimentos às mulheres no ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha serão feitos das 14 às 17 horas, no dia 20/11, em frente ao TJES. E das 9h às 17h, de 21 a 24/11, na Praça Otávio Araújo, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha.

De acordo com a Coordenadoria de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, que é coordenada pela juíza Maria Hermínia Azoury, as mulheres que buscarem apoio junto à estrutura montada para a 9ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa também contarão com serviços de atendimento social e psicólogo. Orientação jurídica, expedição de Boletins de Ocorrência (BO) e concessão de medidas protetivas em favor das mulheres vítimas de violência serão outros serviços oferecidos pelo Juizado Itinerante.

Além da atuação concentrada, durante toda a 9ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa no Espírito Santo, os magistrados do Poder Judiciário capixaba realizarão audiências, júris e julgamentos de processos que versem sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como ações penais cuja vítima seja do sexo feminino.

REPORTAGEM ESPECIAL

PRISÃO FOI POR MORTE DE VENDEDORA EM 1989

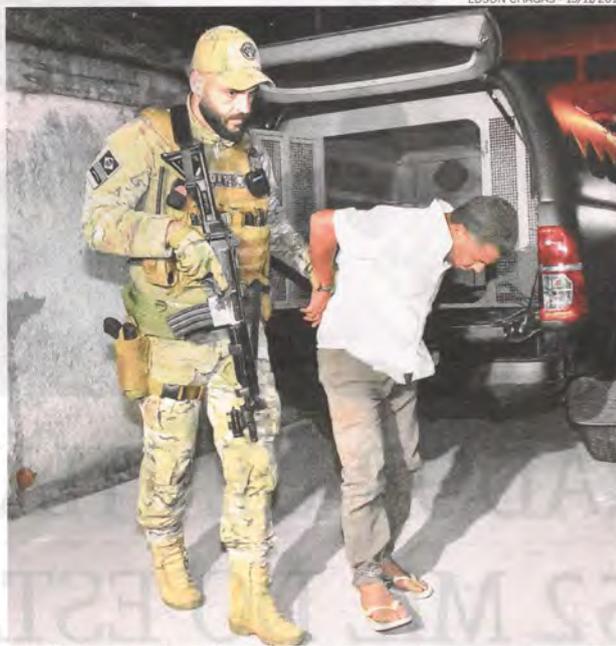
Crime prescreveu sem que Ademir Lúcio tivesse sido julgado

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Um dos argumentos utilizados por Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 54 anos, na ação de indenização contra o Estado é um crime por ele cometido e que acabou prescrevendo em fevereiro de 2016 sem que fosse julgado. Trata-se de um latrocínio – roubo seguido de morte – cometido contra uma vendedora no ano de 1989, em Viana. A pena para este crime varia entre 20 a 30 anos.

A mulher foi morta a facadas e seu corpo foi jogado no Rio Formate. A denúncia do Ministério Público Estadual relata que, como forma de evitar que o corpo boiasse, Ademir e uma comparsa, uma mulher, abriram o ventre da vendedora. Mas de nada adiantou, já que o corpo foi descoberto dias depois.

A denúncia só foi feita pelo MPES em novembro de 1996, sete anos após o crime. Na ocasião, a promotora que assina a denúncia, Marlusse Pestana Daher, chegou a fazer um protesto, anexado ao processo, pela demora na apuração do caso. Cobrou inclusive da Chefia de Polícia



EDSON CHAGAS - 13/11/2017

Ademir foi preso em Porto Alegre na segunda-feira; ele é acusado de outros crimes

que abrisse inquérito para investigar os motivos da demora na investigação.

A partir desta data – novembro de 1996 – começa-

ram a contar os prazos legais do processo. A denúncia foi aceita pelo juiz Vladson Couto Bittencourt em fevereiro de 1997, que determi-

nou ainda a prisão de Ademir. O mandato ficou então aguardando o cumprimento pela Polícia Civil. Uma das dificuldades alegadas era de

IMPUNIDADE

20
anos

É o tempo para prescrever o crime de latrocínio pelo qual Ademir foi acusado.

que Ademir utilizava vários nomes falsos, o que dificultava a sua prisão.

Em maio de 2015 há um despacho no processo, com o juiz Carlos Henrique Rios do Amaral Filho fazendo uma advertência de que o mandado ainda não havia sido cumprido. O que acabou acontecendo no mês seguinte, quando a polícia informa ao juizado que Ademir havia sido preso.

Foi somente aí, 19 anos após ser denunciado, é que Ademir foi citado sobre o processo, exigência para que efetivamente a ação penal possa ocorrer. Só que era uma corrida contra o tempo contra o prazo de prescrição.

Pelo andamento do processo no site do Tribunal de Justiça é possível verificar que a prisão de Ademir foi revogada em

agosto de 2015, para este caso, quando o crime ainda não havia prescrito, como ele afirma na ação contra o governo estadual.

Foram marcadas audiências para o caso, em 2015, mas as testemunhas não chegaram a ser convocadas. No mesmo período ocorreu uma greve dos servidores do Judiciário, o que impediu a citação delas.

Com isto veio a prescrição do caso, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2016. Em março foi decretada a extinção da punibilidade dos acusados Ademir e de sua comparsa. Com isto não houve punição para a morte da vendedora Adelmara Zilma França Ferreira, que deixou marido e um filho.

Ela havia viajado, com o marido para Minas Gerais para buscar o filho que estava na casa dos avós. Retornou antes para trabalhar. Nem chegou a ir a sua casa. No caminho encontrou seus executores que dela tudo roubaram. Eles ainda usaram seus cheques para comprar carros e outros bens. O marido só soube da morte quando voltou de viagem.

Ademir ainda ficou detido por outros crimes que responde.

Ademir vai depor sobre estupro de menina

Na próxima semana, Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 54 anos, vai prestar depoimento na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em Vitória. Ele será ouvido no inquérito que investiga o estupro contra uma menina de 11 anos, ocorrido três dias antes do desaparecimento de Thayná, em Viana.

Ademir é acusado de abordar a criança na rua e, com a desculpa de que iria colocar gasolina no carro, a levou de carro até as margens de uma lagoa, mesmo local onde foi encontrado o vestido de Thayná e uma os-

sada humana. No local, a menina foi estuproada.

A vítima foi abandonada no local e conseguiu chegar a uma praça, onde recebeu ajuda de um amigo do pai dela. A menina ficou três dias internada em um hospital devido à violência.

Segundo o delegado Lorenzo Pazolini, titular DPCA, Ademir será retirado do presídio para prestar declaração sobre o caso. "A mídia com o vídeo em que ele confessa o crime de estupro já foi anexado aos autos. Agora, vamos incluir o depoimento dele", observou o delegado.

UMA LONGA FICHA

PRISÕES EM FLAGRANTE (NO RIO GRANDE DO SUL)

- ▼ 27/09/2007 - Recepção e extorsão
- ▼ 17/04/2008 - Uso de documento falso
- ▼ 26/03/2008 - Extorsão
- ▼ 07/04/2008 - Extorsão
- ▼ 08/07/2009 - Ameaça
- ▼ 22/07/2009 - Sequestro e formação de quadrilha
- ▼ 14/01/2010 - Sequestro
- ▼ 21/04/2012 - Facilitou a entrada de telefone em presídio
- ▼ 10/08/2013 - Descumpriu decisão judicial
- ▼ Setembro de 2013 - Extorsão
- ▼ 12/11/2013 - Ameaça
- ▼ 27/03/2014 - Tentativa de estelionato
- ▼ 11/02/2016 - Ameaça



ARQUIVO

Imagem prova que Thayná entrou no carro de Ademir

MANDADOS DE PRISÃO

- ▼ Outubro de 1988 - Estelionato
- ▼ Outubro de 1989 - Estelionato
- ▼ Março de 1996 - Homicídio
- ▼ Abril de 1997 - Roubo
- ▼ Julho de 2014 - Roubo (Porto Alegre)

- ▼ Fevereiro de 2015 - Roubo
- ▼ outubro de 2017 - Estupro de Vulnerável

PROCESSOS NO ESPÍRITO SANTO

- ▼ Andamento - No site do Tribunal de Justiça há doze processos em andamento contra Ademir Lúcio Ferreira de Araújo. A mais recente ação foi movida por ele contra o Estado, pedindo indenização por danos morais.
- ▼ Homicídio e Estupro - Contra ele pesam ainda a suspeita de que teria assassinado a menina Thayná Andressa de Jesus Prado e estuproado uma garota de 11 anos.



Ademir sendo apresentado após caso Thayná: ele já esteve preso antes no Espírito Santo

BERNARDO COUTINHO - 14/11/2017

SEQUESTRADOR DE THAYNÁ QUER R\$ 52 MIL DO ESTADO

Indenização é por suposta tortura na cadeia entre 2015 e 2016

▲ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, de 54 anos, suspeito de matar a estudante de 12 anos, Thayná Andressa de Jesus Prado, ingressou com uma ação na Justiça estadual pedindo indenização por dano moral ao Estado, no valor de R\$ 52,8 mil. Ele alega que foi torturado pelos agentes penitenciários durante o período em que ficou detido no sistema prisional capixaba, entre os anos de 2015 a 2016, o que teria lhe causado danos à saúde.

O processo foi cadastrado na Justiça estadual um dia antes de a estudante ser por ele levada, em um carro, no bairro Universal, em Viana. Três dias antes do desaparecimento de Thayná, uma outra garota, de 11 anos,

foi estuprada e as suspeitas também recaem sobre Ademir, que foi detido no último dia 13, no Rio Grande do Sul, para onde fugiu. Ele responde a vários processos em pelo menos três Estados.

RELATOS

De acordo com a Defensoria Pública do Estado, Ademir procurou o Núcleo de Direitos Humanos da instituição no mês de agosto. Na ocasião informou que havia sofrido lesões e torturas no período de sua detenção nos presídios capixabas. Sua narrativa foi acompanhada de documentos e laudos. "Diante dos fatos, foi ajuizada uma ação indenizatória", relata Elias Gemino, defensor público do Juízo Fazendário de Viana, onde o processo tramita.

De acordo com as infor-

mações de Ademir, citadas na ação, ele ficou detido no sistema prisional entre 2 de junho de 2015 a 5 de dezembro de 2016. Seu primeiro argumento é de que a prisão era ilegal porque os crimes pelos quais era acusado já estavam prescritos.

Em paralelo, relatou pelo menos três violações de direitos. Elas teriam sido praticadas pelos agentes penitenciários durante os processos de vistorias das celas, ocasiões em que era utilizado gás lacrimogêneo. Em uma dessas situações Ademir informa que chegou a ficar quase duas horas desacordado. "Acordei com meus colegas de cela jogando água em meu rosto", conta.

O argumento usado pelos agentes penitenciários para a ação, segundo Ade-

FATOS

3

violações

São acusações feitas por Ademir contra agentes penitenciários.

18

meses

É o tempo que Ademir afirma ter ficado preso indevidamente.

mir, foi o de que ele "estaria urinando no ato da conferência" dos presos. Em outra ocasião, segundo ele, houve ameaças de que atirariam contra ele.

O uso de gás lacrimogê-

nio, relata Ademir, acabou agravando seu quadro de saúde renal. Ele afirmou ainda que foi coagido a realizar uma hemodiálise, que não ocorreu por recusa do médico em realizar o procedimento. Afirma que os relatos já haviam sido denunciados à própria Secretaria de Justiça (Sejus) e ao Ministério Público Estadual.

Na ação a Defensoria aponta que há comprovações das lesões citadas por Ademir e pede que ele seja indenizado.

INDENIZAÇÃO

De acordo com o defensor Elias Gemino, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que em casos de tortura os presos têm o direito de pleitear indenização no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 56,2 mil). Destaca ainda que os

outros crimes cometidos por Ademir não podem influenciar na decisão da Justiça sobre o pedido de indenização. "Ele estava sob a tutela do Estado, que tem que cuidar dele, independente do crime praticado", assinala.

Gemino acrescenta que os crimes de Ademir não o desqualificam como pessoa. "Ele tem que cumprir a sua pena, mas também tem o direito de ser reconhecido como indivíduo", destaca, acrescentando que a Defensoria Pública já acompanha inúmeros casos de relatos de torturas ocorridas dentro dos presídios do Estado.

A Procuradoria-Geral do Estado informa que já foi citada e vai promover a defesa do Estado contestando a ação dentro do prazo legal.

Indignação com pedido de sequestrador

Clemilda de Jesus afirma que é absurdo o pedido de indenização feito por Ademir Ferreira. Ação é por danos morais enquanto esteve preso

**Hemerson Costa
Simony Giuberti
Tiago Alencar**

Após descobrir que Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, de 55 anos, acusado de sequestrar, estuprar e matar a menina Thayná Andressa de Jesus Prado, de 12, havia ingressado na Justiça pedindo uma indenização de mais de R\$ 50 mil ao Estado, por danos morais pelo período que ficou preso, a mãe da garota, a vendedora Clemilda de Jesus, 38, se revoltou.

"Fiquei até sem respirar quando soube. Esse homem não tem coração, não consigo nem descrever o que eu sinto", disse a vendedora.

A mãe relatou que está tentando viver um dia de cada vez, mas que fica muito abalada toda vez que se

lembra de Ademir Ferreira. "Depois de todos os crimes que ele cometeu, de tudo de ruim que ele fez, ele ainda que o dinheiro de indenização? É uma coisa muito absurda, muito ousada! Eu sei que a minha agonia nunca vai passar enquanto eu não parar de pensar nos absurdos que esse cara já fez", destacou.

Ela afirmou que não voltou mais para a casa onde morava com a filha, no bairro Universal, em Viana, e que a única lembrança física que tem da menina é uma boneca, que Thayná abraçava para dormir.

"O cachorro da minha filha ficou na casa e a vizinha pegou para cuidar. Eu queria ficar com o cachorrinho dela, mas estou vivendo na casa dos outros, não posso. Não voltei mais para a minha casa".

Ela frisou que está na expectativa de que o resultado do exame que vai comprovar se a ossada encontrada em Viana, é ou não de Thayná, saia na próxima semana.

"Se eu conseguir me recuperar disso algum dia, vai demorar muitos anos. Mas eu creio que não vou conseguir. Eu só consigo pensar na minha filha e no que esse monstro fez com ela. Não tenho cabeça pa-



CLEMILDA, mãe de Thayná Andressa (destaque), diz que fica abalada toda vez que se lembra de Ademir Ferreira

ra pensar em como vai ser a minha vida depois que o resultado sair".

DEPOIMENTO

A polícia deve realizar na próxima semana um novo interrogatório com o acusado Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 55 anos, mas sobre outro crime.

O depoimento vai ser na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em Vitória, sobre o estupro contra uma estudante de 11 anos, também em Viana, ocorrido três dias antes do desaparecimento de Thayná.

Acusado pediu R\$ 52,8 mil

Acusado de sequestro e estupro de duas adolescentes e com uma extensa ficha na polícia, Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, de 55 anos, quer receber do Estado a quantia de R\$ 52,8 mil a título de danos morais, no período em que esteve preso entre 2015 e 2016.

Na ação que ingressou na Justiça estadual, Ademir alega tortura, por parte dos agentes penitenciários. Em uma dessas agressões com gás lacrimogêneo, ele teria ficado desmaiado por duas horas.

Segundo o defensor público do Juizado Fazendário de Viana, Elias Gemino, foi o próprio Ademir quem procurou o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado no mês de agosto.

"No caso do seu Ademir, durante o período em que esteve preso, ele relatou diversos momentos em que ele teria sido agredido. A Defensoria estudou o caso, viu documentos, laudos e exames, e entendeu que realmente havia uma violência por parte dos agentes estatais, que é vedada pela legislação. Nenhum agente do Estado pode agredir essas pessoas."

O processo foi aberto na véspera do sequestro de Thayná, no bairro Universal, em Viana. Três dias antes, Ademir teria estuprado uma outra menina de 11 anos.

Perguntado qual motivo de ter pedido o valor de R\$ 52,8 mil co-



ADEMIR alega que foi agredido

mo indenização, o defensor explicou que existe um teto máximo.

"Toda vez que a gente tem que ajuizar uma ação, a gente tem que dar um valor à causa. O teto máximo é de 60 salários, mas o juiz pode dar de R\$ 500 a R\$ 50 mil, ou até mesmo nada, se entender que é improcedente", explicou.

O defensor disse ainda que o processo está na fase inicial e que o Estado ainda não apresentou contestação. Porém a Procuradoria-Geral estadual já foi citada no processo e deve contestar a ação.

Nesta ação, Ademir estava preso por latrocínio (roubo com morte) de uma vendedora em Viana em 1989. Ela foi morta a facadas e o corpo foi jogado no rio Formate.

SAIBA MAIS

Histórico de Ademir Ferreira

Mandados de prisão

- > OUTUBRO DE 1988: Ademir foi preso pelo crime de roubo.
- > OUTUBRO DE 1989: detido por estelionato.
- > MARÇO DE 1996: homicídio qualificado foi preso, mas crime prescreveu.
- > ABRIL DE 1997: crime de roubo.
- > AGOSTO DE 1997: condenado a sete anos de reclusão (por roubo). Pena foi cumprida.
- > JULHO DE 2014: roubo
- > FEVEREIRO DE 2015: roubo
- > OUTUBRO DE 2017: estupro

Histórico na prisão

- > MARÇO DE 1992: deu entrada no sistema prisional em Porto Alegre (RS).

- > SETEMBRO DE 2003: considerado foragido.
- > MAIO DE 2004: capturado.
- > JANEIRO DE 2007: fuga.
- > ABRIL DE 2008: capturado.
- > DEZEMBRO DE 2009: foi para o regime semiaberto. Dois dias após ir para o semiaberto, passou a ser foragido.
- > JANEIRO DE 2010: capturado.
- > FEVEREIRO DE 2011: foragido. Capturado 5 dias depois.
- > MARÇO DE 2013: liberado.
- > JUNHO DE 2015: deu entrada no sistema prisional no Espírito Santo.
- > DEZEMBRO DE 2016: saiu com alvará.

Ações na Justiça

- > 12 processos na Justiça do Estado.



JUSTIÇA DO ESTADO: processos

CASO THAYNÁ

REVOLTA

“A única coisa que ele merece é a cadeia”

Mãe de Thayná não se conforma com o pedido de indenização de Ademir Lúcio

SIUMARA GONÇALVES
sfgoncalves@redgazeta.com.br

“Ele acabou com a minha vida, com a vida de duas crianças e ainda está pedindo indenização. A única coisa que ele merece receber é a pena máxima por todos os crimes que já cometeu.” O desabafo é da costureira Clemilda Aparecida de Jesus, mãe da estudante Thayná Andressa de Jesus Prado, 12 anos, ao saber que Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 54 anos, acusado de sequestrar a menina e estupro de outra garota está pedindo uma indenização à Justiça por suposto maus tratos sofridos enquanto es-

teve preso.

O processo foi cadastrado na Justiça estadual um dia antes da estudante ser levada por ele, em um carro, no bairro Universal, em Viana. Três dias antes do desaparecimento de Thayná, uma outra garota, de 11 anos, foi estuprada e as suspeitas também recaem sobre Ademir, que foi detido no último dia 13, no Rio Grande do Sul, para onde fugiu. Ele responde a vários processos em pelo menos três Estados.

De acordo com a Defensoria Pública do Estado, Ademir procurou o Núcleo de Direitos Humanos da instituição no mês de agosto. Na ocasião, informou que havia sofrido lesões e torturas no período de sua detenção, de 2 de



Ademir é acusado de sequestrar estudante

junho de 2015 a 5 de dezembro de 2016, nos presídios capixabas.

Sua narrativa foi acompanhada de documentos e laudos. Ele relatou na ação violações de direitos humanos praticadas pelos agen-

tes penitenciários durante os processos de vistorias das celas, quando era utilizado gás lacrimogêneo.

Para Clemilda, a situação é surreal. “Ele quer o dinheiro da indenização para pagar um advogado para conseguir se livrar da cadeia. Eu estou sem palavras sobre essa situação. Ele fez uma barbaridade desumana, que nenhum ser humano em sã consciência é capaz de fazer. Não é uma coisinha. Ele acabou com a vida da minha filha e de uma outra criança, destruiu tudo.”

A mãe da menina aguarda por justiça e quer que Ademir pague pelo crime dele na prisão. “Espero que pelo menos a Justiça cumpra seu papel. É o mínimo que eu espero”, pediu.



“Ele destruiu a minha vida”, desabafou Clemilda

Mãe pede ajuda para custear velório

Em uma mensagem espalhada por grupos de WhatsApp, Clemilda Aparecida de Jesus, pede dinheiro para ajudar a custear o velório da filha, a estudante Thayná Andressa de Jesus Prado, 12 anos. Segundo ela, a in-

tenção é velar a memória de Thayná. “Eu estou tentando honrar a memória da minha menina.”

A mensagem iniciava dizendo que em uma conversa com o delegado que cuida do caso, “ele disse que se eu

quiser proporcionar um enterro digno à minha filha que eu comece a preparar tudo, pois em cima da hora é certo que não conseguirei”.

No texto, ela conta o desejo de não enterrar a filha em um cemitério qualquer.

“É muito doloroso e até humilhante ter que vir aqui pedir ajuda financeira, mas não é por mim, é por ela. E por ela eu parei esse Estado e pararia o mundo se fosse preciso.”

No último dia 10, uma

operação da polícia foi realizada em Viana, onde, perto de uma lagoa, foi encontrada a ossada de uma criança do sexo feminino. O padastro reconheceu o vestido como sendo de Thayná, mas um exame de DNA vai apontar oficialmente se o corpo era dela. O resultado deve sair na próxima semana.



Exame de DNA vai indicar se ossada é de Thayná

FERNANDO MADEIRA - 01/11/2017

lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Pesadelo

Ademir Araújo, acusado de matar a menina Thayná, usa o e-mail [accordasociadecapixaba@....](mailto:accordasociadecapixaba@...) num processo que está movendo contra o Estado por danos morais.

Sequestrador de Thayná quer R\$ 52 mil do Estado

Indenização é por suposta tortura na cadeia entre 2015 e 2016

Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, de 54 anos, suspeito de matar a estudante de 12 anos, Thayná Andressa de Jesus Prado, ingressou com uma ação na Justiça estadual pedindo indenização por dano moral ao Estado, no valor de R\$ 52,8 mil. Ele alega que foi torturado pelos agentes penitenciários durante o período em que ficou detido no sistema prisional capixaba, entre os anos de 2015 a 2016, o que teria lhe causado danos à saúde.

O processo foi cadastrado na Justiça estadual um dia antes de a estudante ser por ele levada, em um carro, no bairro Universal, em Viana. Três dias antes do desaparecimento de Thayná, uma outra garota, de 11 anos, foi estuprada e as suspeitas também recaem sobre Ademir, que foi detido no último dia 13, no Rio Grande do Sul, para onde fugiu. Ele responde a vários processos em pelo menos três Estados.

RELATOS

De acordo com a Defensoria Pública do Estado, Ademir procurou o Núcleo de Direitos Humanos da instituição no mês de agosto. Na ocasião informou que havia sofrido lesões e torturas no período de sua detenção nos presídios capixabas. Sua narrativa foi acompanhada de documentos e laudos. “Diante dos fatos, foi ajuizada uma ação indenizatória”, relata Elias Gemino, defensor público do Juizado Fazendário de Viana, onde o processo tramita.

De acordo com as informações de Ademir, citadas na ação, ele ficou detido no sistema prisional entre 2 de junho de 2015 a 5 de dezembro de 2016. Seu primeiro argumento é de que a prisão era ilegal porque os crimes pelos quais era acusado já estavam prescritos.

Em paralelo, relatou pelo menos três violações de direitos. Elas teriam sido praticadas pelos agentes penitenciários durante os processos de vistorias das celas, ocasiões em que era utilizado gás lacrimogêneo. Em uma dessas situações Ademir informa que chegou a ficar quase duas horas desacordado. “Acordei com meus colegas de cela jogando água em meu rosto”, conta.

O argumento usado pelos agentes penitenciários para a ação, segundo Ademir, foi o de que ele “estaria urinando no ato da conferência” dos presos. Em outra ocasião, segundo ele, houve ameaças de que atirariam contra ele.

O uso de gás lacrimogênio, relata Ademir, acabou agravando seu quadro de saúde renal. Ele afirmou ainda que foi coagido a realizar uma hemodiálise, que não ocorreu por recusa do médico em realizar o procedimento. Afirma que os relatos já haviam sido denunciados à própria Secretaria de Justiça (Sejus) e ao Ministério Público Estadual.

Na ação a Defensoria aponta que há comprovações das lesões citadas por Ademir e pede que ele seja indenizado.

INDENIZAÇÃO

De acordo com o defensor Elias Gemino, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que em casos de tortura os presos têm o direito de pleitear indenização no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 56,2 mil). Destaca ainda que os outros crimes cometidos por Ademir não podem influenciar na decisão da Justiça sobre o pedido de indenização. “Ele estava sob a tutela do Estado, que tem que cuidar dele, independente do crime praticado”, assinala.

Gemino acrescenta que os crimes de Ademir não o desqualificam como pessoa. “Ele tem que cumprir a sua pena, mas também tem o direito de ser reconhecido como indivíduo”, destaca, acrescentando que a Defensoria Pública já acompanha inúmeros casos de relatos de torturas ocorridas dentro dos presídios do Estado.

A Procuradoria-Geral do Estado informa que já foi citada e vai promover a defesa do Estado contestando a ação dentro do prazo legal.

Prisão foi por morte de vendedora em 1989

Um dos argumentos utilizados por Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 54 anos, na ação de indenização contra o Estado é um crime por ele cometido e que acabou prescrevendo em fevereiro de 2016 sem que fosse julgado. Trata-se de um latrocínio – roubo seguido de morte – cometido contra uma vendedora no ano de 1989, em Viana. A pena para este crime varia entre 20 a 30 anos.

A mulher foi morta a facadas e seu corpo foi jogado no Rio Formate. A denúncia do Ministério Público Estadual relata que, como forma de evitar que o corpo boiasse, Ademir e uma comparsa, uma mulher, abriram o ventre da vendedora. Mas de nada adiantou, já que o corpo foi descoberto dias depois.

A denúncia só foi feita pelo MPES em novembro de 1996, sete anos após o crime. Na ocasião, a promotora que assina a denúncia, Marlusse Pestana Daher, chegou a fazer um protesto, anexado ao processo, pela demora na apuração do caso. Cobrou inclusive da Chefia de Polícia que abrisse inquérito para investigar os motivos da demora na investigação.

A partir desta data – novembro de 1996 – começaram a contar os prazos legais do processo. A denúncia foi aceita pelo juiz Vladson Couto Bittencourt em fevereiro de 1997, que determinou ainda a prisão de Ademir. O mandado ficou então aguardando o cumprimento pela Polícia Civil. Uma das dificuldades alegadas era de que Ademir utilizava vários nomes falsos, o que dificultava a sua prisão.

Em maio de 2015 há um despacho no processo, com o juiz Carlos Henrique Rios do Amaral Filho fazendo uma advertência de que o

mandado ainda não havia sido cumprido. O que acabou acontecendo no mês seguinte, quando a polícia informa ao juizado que Ademir havia sido preso.

Foi somente aí, 19 anos após ser denunciado, é que Ademir foi citado sobre o processo, exigência para que efetivamente a ação penal possa ocorrer. Só que era uma corrida contra o tempo contra o prazo de prescrição.

Pelo andamento do processo no site do Tribunal de Justiça é possível verificar que a prisão de Ademir foi revogada em agosto de 2015, para este caso, quando o crime ainda não havia prescrito, como ele afirma na ação contra o governo estadual.

Foram marcadas audiências para o caso, em 2015, mas as testemunhas não chegaram a ser convocadas. No mesmo período ocorreu uma greve dos servidores do Judiciário, o que impediu a citação delas.

Com isto veio a prescrição do caso, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2016. Em março foi decretada a extinção da punibilidade dos acusados Ademir e de sua comparsa. Com isto não houve punição para a morte da vendedora Adelma Zilma França Ferreira, que deixou marido e um filho.

Ela havia viajado, com o marido para Minas Gerais para buscar o filho que estava na casa dos avós. Retornou antes para trabalhar. Nem chegou a ir a sua casa. No caminho encontrou seus executores que dela tudo roubaram. Eles ainda usaram seus cheques para comprar carros e outros bens. O marido só soube da morte quando voltou de viagem.

Ademir ainda ficou detido por outros crimes que responde.

Ademir vai depor sobre estupro de menina

Na próxima semana, Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 54 anos, vai prestar depoimento na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em Vitória. Ele será ouvido no inquérito que investiga o estupro contra uma menina de 11 anos, ocorrido três dias antes do desaparecimento de Thayná, em Viana.

Ademir é acusado de abordar a criança na rua e, com a desculpa de que iria colocar gasolina no carro, a levou de carro até as margens de uma lagoa, mesmo local onde foi encontrado o vestido de Thayná e uma ossada humana. No local, a menina foi estuprada.

A vítima foi abandonada no local e conseguiu chegar a uma praça, onde recebeu ajuda de um amigo do pai dela. A menina ficou três dias internada em um hospital devido à violência.

Segundo o delegado Lorenzo Pazolini, titular DPCA, Ademir será retirado do presídio para prestar declaração sobre o caso. "A mídia com o vídeo em que ele confessa o crime de estupro já foi anexado aos autos. Agora, vamos incluir o depoimento dele", observou o delegado.

UMA LONGA FICHA

Prisões em flagrante (no Rio Grande do Sul)

27/09/2007 - Receptação e extorsão
17/04/2008 - Uso de documento falso
26/03/2008 - Extorsão
07/04/2008 - Extorsão
08/07/2009 - Ameaça
22/07/2009 - Sequestro e formação de quadrilha
14/01/2010 - Sequestro
21/04/2012 - Facilitou a entrada de telefone em presídio
10/08/2013 - Descumpriu decisão judicial
Setembro de 2013 - Extorsão
12/11/2013 - Ameaça
27/03/2014 - Tentativa de estelionato
11/02/2016 - Ameaça

Mandados de prisão

Outubro de 1988 - Estelionato
Outubro de 1989 - Estelionato
Março de 1996 - Homicídio
Abril de 1997 - Roubo
Julho de 2014 - Roubo (Porto Alegre)
Fevereiro de 2015 - Roubo
outubro de 2017 - Estupro de Vulnerável

Processos no Espírito Santo

Andamento - No site do Tribunal de Justiça há doze processos em andamento contra Ademir Lúcio Ferreira de Araújo. A mais recente ação foi movida por ele contra o Estado, pedindo indenização por danos morais.

Homicídio e Estupro - Contra ele pesam ainda a suspeita de que teria assassinado a menina Thayná Andressa de Jesus Prado e estuprado uma garota de 11 anos.

Mãe de Thayná sobre pedido de indenização de acusado: “Sem palavras”

“Acabou com a minha vida, com a vida de duas crianças e ainda está pedindo indenização. Ele merece receber é a pena máxima”, desabafou Clemilda de Jesus

O desabafo acima é da costureira Clemilda Aparecida de Jesus, mãe da estudante Thayná Andressa de Jesus Prado, 12 anos, ao saber que Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, 54 anos, acusado de sequestrar a menina, está pedindo uma indenização de R\$ 52 mil à Justiça por supostos maus tratos sofridos enquanto esteve preso.

O processo foi cadastrado na Justiça estadual um dia antes da estudante ser por ele levada, em um carro, no bairro Universal, em Viana. Três dias antes do desaparecimento de Thayná, uma outra garota, de 11 anos, foi estuprada e as suspeitas também recaem sobre Ademir, que foi detido no último dia 13, no Rio Grande do Sul, para onde fugiu. Ele responde a vários processos em pelo menos três estados.

De acordo com a Defensoria Pública do Estado, Ademir procurou o Núcleo de Direitos Humanos da instituição no mês de agosto. Na ocasião informou que havia sofrido lesões e torturas no período de sua detenção nos presídios capixabas. Sua narrativa foi acompanhada de documentos e laudos.

Para Clemilda, a situação é surreal. “Ele quer o dinheiro da indenização para pagar um advogado para ele se livrar da cadeia. Eu estou sem palavras sobre essa situação. Ele fez uma barbaridade desumana, que nenhum ser humano em sã consciência é capaz de fazer. Não é uma coisinha. Ele acabou com a vida da minha filha e de uma outra criança, destruiu tudo”.

A mãe da menina aguarda por justiça e quer que Ademir pague pelo crime dele na prisão. “Espero que pelo menos a justiça cumpra seu papel. Esse é o mínimo que eu espero”.

VELÓRIO

Em uma mensagem espalhada por grupos de WhatsApp, Clemilda pede o dinheiro para ajudar a custear o velório da filha. Segundo ela, a intenção é velar a memória de Thayná. “Eu estou tentando honrar a memória da minha menina”.

No texto, ela conta o desejo de não enterrar a filha em um cemitério qualquer.

“É muito doloroso e até humilhante ter que vir aqui pedir ajuda financeira, mas não é por mim, é por ela. E por ela eu parei esse Estado e pararia o mundo se fosse preciso”.

No último dia 10, uma operação da polícia foi realizada em Viana, onde, perto de uma lagoa, foi encontrada a ossada de uma criança do sexo feminino.

EXAME DE DNA

Apesar de o padrasto ter reconhecido o vestido como sendo de Thayná, um exame de DNA vai apontar oficialmente se o corpo era mesmo da menina. O resultado deve sair na próxima semana.

LIGAÇÕES REVELAM

Hilário contratou prostituta 4 dias após morte de Milena

Revelação consta em inquérito que investiga a morte da médica, ex-mulher do policial

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

O policial civil Hilário Frasson, denunciado pela Justiça como mandante do assassinato da ex-esposa, Milena Gottardi, contratou uma garota de programa quatro dias após o anúncio da morte da médica. As informações constam no inquérito policial que investigou a morte de Milena, ao qual A GAZETA teve acesso.

A médica foi baleada na cabeça no dia 14 de setembro, quando saía do trabalho, no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam). No dia seguinte teve a morte declarada.

No perfil do WhatsApp da garota de programa, há a imagem de uma mulher loira, de costas, com a seguinte mensagem: "Não faço sexo **** e não envio fotos. Só me chame se for para agendar. E só marco no Zap quem tem foto no perfil".

LIGAÇÕES

Nas conversas, o policial civil fez uma ligação às 14h41 do dia 19 de outubro, que durou apenas 1m12. Hilário diz: "Você tem horário para atendimento agora?". A garota de programa responde: "Sim. Pode chegar aqui embaixo e me ligar que falo o número do apartamento".



O policial civil Hilário Frasson chegando ao Departamento Médico Legal (DML) no dia em que foi preso

OUTRO LADO

Defesa não fala da "vida pessoal"

« O advogado Homero Mafra, que faz a defesa de Hilário, informou que "não comenta a vida privada do cliente e não entende no que isso interessa à apuração dos fatos".

Hilário Frasson chegou ao bairro Jardim da Penha, em Vitória, 20 minutos após a ligação. Às 15h01, ele liga novamente e avisa que chegou: "Eu estou embaixo da X. (nome de um estabelecimento)".

FILMES

O inquérito mostra também que Hilário

acessou vídeos pornográficos através de dois números de celular. O primeiro acesso após a morte de Milena foi no sábado, dia 16 setembro, antes de ir ao Departamento Médico Legal (DML) de Vitória liberar o corpo da médica, às 7h09.

Também consta que Frasson acessou diversos conteúdos do gênero no 21 de setembro, começando de 7h27 até as 7h53 horas.

O inquérito cita que esses acessos revelam que "Hilário não nutria qualquer sentimento para com Milena e não apresentava pesar com a sua perda. Havia, em verdade, decidido pela sua eliminação, e para isso extirpou qualquer sentimento que nutria pela vítima, a não ser o ódio", diz parte do inquérito policial.

A CONVERSA

Garota de programa - Alô

Hilário Frasson - Você tem horário agora?

Garota de programa - Alô

Hilário - Oi...tá ouvindo

Garota - Ei. Boa tarde

Hilário - Você tem horário para atendimento agora?

Garota - Tenho sim!

Hilário - Como é que eu faço para chegar aí?

Garota - Você conhece a XXX?... (ruído). Você conhece a XXX, meu anjo?

Hilário - (inaudível)... Aí em Jardim da Penha?

Garota - Então! Você pode chegar aqui em baixo e me ligar que eu te falo o número do apartamento

Hilário - Tá! O número do

prédio é qual já...ruído

Garota - É XXX, número 745

Hilário - T, brigada! Tchau!

Garota - Oi

Hilário - Hein...Eu tô...Eu tô embaixo da XXX

Garota - Então... É na rua da XXX que você vai entrar

Hilário - É nessa rua XXX

Garota - XXX. Isso

Hilário - E daí

Garota - Número 745, apartamento 507

Hilário - 507

Garota - Tá

Hilário - Então tá bom! Tchau! Brigada!!

XXX - Endereço da garota de programa que será preservado. As frases foram mantidas como estão na conversa.

Seis réus envolvidos no caso

« As seis pessoas denunciadas como as responsáveis pelo assassinato da médica Milena Gottardi, entre elas o ex-marido da vítima, o policial civil Hilário Frasson, são réus em ação penal. A denúncia feita pelo Ministério Público Estadual foi aceita no dia 1º de novembro pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches. Ele determinou ainda que os seis permaneçam presos.

Em sua decisão, o juiz destaca que aceitou a denúncia feita pelos promotores porque houve "comprovação da materialidade do crime". E mais, de que existe no processo "indícios de autoria e participação em relação aos acusados Hilário Antônio Fiorot Frasson, Esperidião Carlos Frasson, Valcir da Silva Dias, Hermenegildo Palauro Filho, vulgo "Judinho", Dionathas Alves Vieira e Bruno Rodrigues Broetto, inclusive com individualização da conduta atribuída a cada um deles na prática do crime ali descrito", assinala.

Ao analisar a conversão da atual prisão temporária dos réus para a prisão preventiva, o juiz destacou as características do crime e a periculosidade dos envolvidos no homicídio.

OS ENVOLVIDOS



▼ **Hilário Frasson**
Preso. Apontado pela polícia como mandante do crime e de planejá-lo com a ajuda do pai.



▼ **Esperidião Frasson**
Pai de Hilário. Está preso. É apontado pela polícia como mandante, ao ajudar o filho no planejamento do crime.



▼ **Valcir da Silva Dias**
Está preso. Apontado como intermediário, por contratar o executor, confessou participação no crime.



▼ **Hermenegildo Palauro**
Está preso. Apontado pela polícia como intermediário, por contratar o executor.



▼ **Dionathas Alves Vieira**
Está preso. Confessou ter executado a médica Milena Gottardi no estacionamento do Hucam.



▼ **Bruno Rodrigues Broetto**
Está preso. Apontado pela polícia como a pessoa que forneceu a moto usada no assassinato.

CASO MILENA GOTTARDI

Hilário mandou resgatar chaves do apartamento

Ao receber visita na cadeia, policial civil pediu para eletricista pegar chaves do imóvel que ele tinha com a médica Milena Gottardi

Rafael Moura

O investigador afastado da Polícia Civil Hilário Antonio Fiorot Frasson, 44 anos, acusado de mandar matar a própria mulher, a médica Milena Tonini Gottardi, 38, mandou, de dentro da cadeia, um eletricista buscar as chaves do apartamento do casal. As informações estão contidas em procedimento relativo ao caso.

Em depoimento à polícia, o profissional explicou que no último dia 23 de outubro, uma segunda-feira, esteve na 20ª Distrito Policial de Novo México, Vila Velha, onde Hilário estava preso. O contato se deu pelo fato de que ele costumava prestar serviços para o policial civil.

O eletricista disse a policiais da Delegacia Especializada de Homicídio Contra a Mulher que Hilário, durante o encontro, fez o pedido para que ele buscasse umas correspondências e que pegasse as chaves do apartamento do casal no edifício onde eles moravam e que estariam com uma vizinha.

No dia seguinte, 24 de outubro, o eletricista foi ao edifício, localizado na Praia do Canto, em Vitória, por volta das 16h45. Câmeras flagram a chegada e saída dele. no



HILÁRIO FRASSON é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da própria mulher, a médica Milena Gottardi

local, de acordo com a documentação da polícia, ele conseguiu pegar as correspondências e procurou a vizinha do casal, para pegar a chave do imóvel.

O eletricista, que já havia sido contratado por Hilário para prestar serviços no condomínio, conforme consta na documentação, acionou o porteiro, que interfonou para o

apartamento da vizinha. Após falar com a secretária dessa moradora, o funcionário do prédio explicou que as chaves não estavam mais lá, mas, sim, com a família de Milena.

A polícia, o eletricista do acusado explicou que o investigador preso queria as chaves "porque não havia nenhum motivo" para a vizinha ficar de posse delas.

A vizinha também prestou depoimento e reforçou que o eletricista se identificou e que foi ao local instruído por Hilário para recuperar as chaves. Foram feitas denúncias para a polícia investigar uma possível tentativa de destruição de provas e para tentar acabar com um sistema de câmeras que estaria no imóvel do casal, que serviria para vigiar Milena.

No último dia 8, a Justiça deter-

SAIBA MAIS

Transferência

> HILÁRIO FRASSON foi transferido no último dia 8 de novembro do 20º Distrito Policial de Novo México, em Vila Velha para o Presídio de Segurança Média I, em Viana. Milena Gottardi foi atacada no dia 14 de setembro e morreu no dia seguinte.

> QUANTO À TRANSFERÊNCIA, o juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches, apontou uma série de situações, como problemas de falta de segurança, agendamento por parte do acusado junto ao INSS para obter pensão pela morte da médica.

> A OCASIÃO, a Polícia Civil informou que antes de sua transferência, o preso solicitou autorização para buscar atendimento no INSS, o que foi negado de



COMPLEXO Penitenciário de Viana

imediate pela direção da unidade. O pedido feito por Hilário remetido ao juiz. Também à época, a polícia explicou que a unidade é visitada mensalmente pela Vara de Execuções Penais de Vila Velha e que qualquer irregularidade será apurada pela Corregedoria.

> A ASSISTÊNCIA de acusação, a partir do advogado Renan Sales, pediu o envio da cópia do procedimento, por conta do contato do eletricista com Hilário, para a Corregedoria.

> FOI solicitada ainda à Justiça a transferência dele para presídio federal.

O OUTRO LADO

Resposta amanhã

Procurada pela reportagem de A Tribuna, a defesa do policial civil Hilário Frasson, a partir da advogada Luiza Nunes Lima, que trabalha junto com o advogado Homero Mafra, explicou que o prazo da defesa para oferecer resposta à acusação se encerra amanhã. Os defensores ainda vão entrar com recurso para pedir o retorno do policial da Penitenciária de Segurança de Média I, em Viana, para a 20ª Distrito Policial de Novo México.



ELETRICISTA entra e sai de condomínio a pedido de Hilário Frasson



MILENA GOTTARDI tinha 38 anos

minou a transferência de Hilário do distrito para a Penitenciária de Segurança Média I, no Complexo de Viana, sob a alegação de falta de segurança. Ele está separado dos demais internos.

OUTROS RÉUS DO CASO

Esperidião Frasson

> PAI DE HILÁRIO, é réu pela acusação de ser um dos mandantes da morte de Milena.
> SEGUNDO a polícia, Esperidião cobrava dos intermediários que o crime fosse concretizado. Indícios finais dão conta de que o real motivo para o mando do crime seria o fato de os mandantes não aceitarem o fim do casamento de Milena e Hilário.



Valcir da Silva Dias

> AS INVESTIGAÇÕES apontam que Valcir da Silva Dias seria um dos intermediários responsáveis pela contratação de Dionathas.
> VALCIR ESTAVA dentro do Gol cinza, que era dele, no local do crime, juntamente com Hermenegildo Palauro, o Judinho. Disse que ganhou R\$ 150 para abastecer o veículo.



Hermenegildo Palauro

> SEGUNDO A POLÍCIA, Hermenegildo Palauro Filho, junto com Valcir da Silva Dias, teriam contratado Dionathas Alves para matar Milena.
> ELE ESTAVA em um Gol cinza no local do crime e teria escondido, antes e depois, a moto usada pelo executor.
> FOI O ÚLTIMO dos réus a ser preso. Ele estava em Minas Gerais.



Dionathas Alves Vieira

> DIONATHAS é acusado de ter atirado na médica Milena Gottardi.
> PARA o crime, teria a promessa de receber R\$ 2 mil, no entanto, não recebeu nenhuma quantia.
> EM DEPOIMENTO, Dionathas aponta que teria sido chamado por Hermenegildo, o Judinho, para participar do crime.



Bruno Broetto

> BRUNO RODRIGUES BROETTO conseguiu a moto para ser usada no dia do crime.
> CONTOU em depoimento para a polícia que já acreditava que o veículo seria usado num homicídio. Frisou ainda que Dionathas queria o veículo para um serviço.
> AO ADOLESCENTE que roubou a moto, ele teria prometido R\$ 1.500.



Hilário esteve com garota de programa dias após morte de Milena

Todas as informações constam no inquérito que investigou o assassinato da médica Milena, ao qual A Gazeta teve acesso

O policial civil Hilário Frasson, denunciado pela Justiça como mandante do assassinato da ex-esposa, a médica Milena Gottardi, esteve com uma garota de programa, quatro dias após o crime. As informações constam no inquérito policial que investigou a morte de Milena, ao qual A Gazeta teve acesso.

No perfil do WhatsApp da garota de programa, há a imagem de uma mulher loira, de costas, com a seguinte mensagem: “Não faço sexo **** e não envio fotos. Só me chame se for para agendar. E só marco no Zap quem tem foto no perfil”.

Nas conversas entre Hilário e a garota, que constam no inquérito ao qual A Gazeta teve acesso, o policial civil fez uma ligação às 14h41 do dia 19 de setembro:

Hilário: “Você tem horário para atendimento agora?”

Garota de programa: “Sim. Pode chegar aqui embaixo e me ligar que falo o número do apartamento”

Hilário Frasson chegou ao bairro Jardim da Penha, em Vitória, 20 minutos após a ligação. Às 15h01, ele liga novamente e avisa que chegou:

Hilário: “Eu estou embaixo da X (nome de um estabelecimento)”

Procurado pela reportagem, o advogado Homero Mafra, que faz a defesa de Hilário, informou que “não comenta a vida privada do cliente e não entende no que isso interessa à apuração dos fatos”.

FILMES PORNOGRÁFICOS

No sábado, dia 16 de setembro, antes de ir ao Departamento Médico Legal de Vitória liberar o corpo de Milena, Hilário Frasson acessou vídeos pornográficos na internet. Também consta no inquérito que Frasson acessou diversos conteúdos do gênero no 21 de setembro.

JUSTIÇA ACEITA DENÚNCIA CONTRA ENVOLVIDOS

As seis pessoas denunciadas como as responsáveis pelo assassinato da médica Milena Gottardi, entre elas o ex-marido da vítima, o policial civil Hilário Frasson, são réus em ação penal. A denúncia feita pelo Ministério Público Estadual foi aceita no dia 1º de novembro pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches. Ele determinou ainda que os seis permaneçam presos.

Em sua decisão, o juiz destaca que aceitou a denúncia feita pelos promotores porque houve “comprovação da materialidade do crime”. E mais, de que existe no processo “indícios de autoria e participação em relação aos acusados Hilário Antônio Fiorot Frasson, Esperidião Carlos Frasson, Valcir da Silva Dias, Hermenegildo Palauro Filho, vulgo “Judinho”, Dionathas Alves Vieira e Bruno Rodrigues Broetto, inclusive com individualização da conduta atribuída a cada um deles na prática do crime ali descrito”, assinala.

PRISÃO

Pistolagem e feminicídio

Ao analisar a conversão da atual prisão temporária dos réus para a prisão preventiva, o juiz destacou as características do crime e a periculosidade dos envolvidos no homicídio.

Os fatos, ainda a serem apurados em sua completa extensão no curso da instrução, revelam a possibilidade da existência do denominado crime de pistolagem, que tanto atemoriza o meio social, acrescido de feminicídio, que tem índices epidêmicos no Espírito Santo - Juiz Marcos Pereira Sanches

E continua: “A forma de execução do crime demonstra que os acusados ostentam periculosidade e contam com personalidade desprovida de sensibilidade moral, sem um mínimo de compaixão humana, não valorizando, destarte, o semelhante de forma a ser possível a convivência social”.

Barbaridade e covardia

O juiz Sanches, na decisão, também lembra das filhas pequenas de Milena e das crianças com câncer que passavam pelos cuidados da médica.

Cometido dentro do estacionamento do próprio local de trabalho da vítima - a qual deixou duas pequenas filhas, além de um sem-número de crianças acometidas de câncer, as quais cuidava no exercício da profissão de médica especializada em oncologia pediátrica e voluntariamente por meio da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil. - Juiz Sanches

Sanches ainda complementa e afirma que a prisão preventiva dos réus é necessária “para a manutenção da ordem pública e da credibilidade da Justiça”.

Ameaças contra testemunhas

É informado ainda que no processo existem provas e testemunhos de ameaças e intimidações contra testemunhas. “Consta que parentes da vítima mudaram de endereço por medo do acusado Hilário”.

O juiz destaca que uma testemunha afirmou que, alguns dias após a morte de Milena, Hilário abaixou o vidro da porta do veículo que conduzia e ficou encarando a testemunha, quando ela atravessava a rua em uma faixa de pedestres. “Motivo pelo qual vive amedrontada, tendo informado a um dos investigadores, por meio de conversa em WhatsApp, que, também iria se mudar para outro ente federado, mesmo porque o mencionado acusado havia passado o dia todo anterior ligando para a escola das filhas e estava todo mundo apavorado”, disse o juiz.

‘É meu dia sim’

É descrito ainda na decisão que há relatos de “comportamentos intimidatórios exteriorizados” por Hilário na porta do estabelecimento de ensino das filhas, em trajes comuns e sem qualquer identificação da condição de policial civil. “Portando ostensivamente arma de fogo, e no fato de, após ser indagado se aquele era o dia correto dele buscar as filhas na escola (já que se tratava de uma quarta-feira e o combinado eram às quintas-feiras), erguer a camisa e mostrar a pistola em sua cintura para a professora que o questionou, respondendo: ‘É meu dia sim’”, relata a decisão.

É apontado ainda que no processo há informações sobre a personalidade do ex-marido, dita como “agressiva e possessiva” em relação à vítima. “Inclusive com a solicitação de instalação de câmeras escondidas no apartamento em que residiam, notadamente no interior do quarto do casal e na porta de entrada do imóvel, mesmo após a vítima decidir colocar fim ao casamento, além da narrativa de ameaças por ela sofridas, mormente após a medida judicial de separação de corpos, e do envio de vídeos e mensagens com conotação intimidatória, no qual aparece manuseando e ostentando armas de fogo, o que resultou em intenso sofrimento psicológico por parte da vítima e no pressentimento de futura morte, conforme exteriorizado em carta por ela manuscrita acostada aos autos”.

Dificuldades

A decisão judicial aponta ainda que dois dos réus dificultaram as investigações. É o caso de Hilário Frasson, que se recusou a entregar seu telefone pessoal para que fossem analisadas as conversas dele com a ex-mulher. Segundo o juiz, foi necessário a expedição de um mandado de busca e apreensão para que o aparelho pudesse ser recuperado.

Informa ainda que o pai de Hilário, Esperidião Frasson, é “pessoa temida na localidade de Timbuí”, com envolvimento em outros crimes na região, tanto que o executor do crime, Dionathas Alves, solicitou medidas de proteção na prisão. “Tamanho o temor exteriorizado nos presentes autos que o próprio acusado de ser o autor dos disparos de arma de fogo contra a vítima solicitou medidas especiais de proteção a este juízo. Se o medo aflige quem se encontra recolhido em unidade prisional, quiçá os que não contam com a pronta e imediata tutela estatal e ainda têm que prestar declarações acerca dos fatos mesmo diante desse assombroso cenário”, destaca o juiz.

Há ainda, segundo o juiz, o risco descrito no processo de fuga por parte dos acusados Valcir e Hermenegildo, os quais teriam atuado como “corretores da morte”. Ele informa que Judinho foi preso pela polícia na zona rural da cidade de Aimorés, Minas Gerais e que, apesar de ter esboçado a intenção de se apresentar espontaneamente, acabou desistindo, “Só não fugiu em razão de estar sendo monitorado pela autoridade policial por meio de interceptação telefônica judicialmente autorizada”, assinalou o juiz.

Por fim, destaca em sua decisão, o envolvimento de Dionathas em processos por roubo, receptação, porte ilegal de arma e violência doméstica, além de ser apontado pela polícia como suspeito de envolvimento em outros dois homicídios na cidade de Fundão. “Ademais, afirmou ter praticado crime(s) de roubo com o acusado Bruno, indicando ter personalidade voltada para o crime e dele fazer sua atividade econômica principal, e tanto se torna mais grave quando consta dos autos a informação de que o acusado Esperidião queria a contratação de uma pessoa com ‘referência’, o que reforça a possibilidade apontada pela autoridade policial de estar envolvido em crimes de homicídio ocorridos em Fundão no presente ano que vitimaram Marcela Tonini Soares e Lorrane Clemente Pereira”, diz o juiz.

AS BOAS IDEIAS DO SERVIÇO PÚBLICO

Servidores põem criatividade e observação em campo para gerar economia e eficiência

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Está na Constituição: o serviço público deve obedecer o princípio da eficiência. Ou seja, fazer o que precisa ser feito, da melhor maneira possível. Apesar da norma, ainda é forte a imagem do serviço público como algo moroso, engessado e ultrapassado. Entretanto, nada impede que isto seja rompido. Bons exemplos perto de nós existem, e A GAZETA foi atrás deles.

Mesmo que por meio de um trabalho de formiguinha, iniciativas nos mais diversos órgãos públicos do Espírito Santo já têm conseguido dinamizar práticas de trabalho, apresentar inovações tecnológicas e, é claro, economizar gastos. Além disso, muitas vezes o sucesso de uma iniciativa pode vir de um olhar de alguém que não necessariamente seja daquele meio.

O Paulo César Fernandes, por exemplo, sempre esteve em meio a hardwares, softwares e redes digitais. Contudo, trabalhando na área de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Vitória há dez anos, ele percebeu que esta habilidade com o gerenciamento de informações estava sendo necessária em



ACERVO PESSOAL

outro ramo: o da saúde.

"Após um estudo para saber onde estava nosso maior desperdício de recursos, descobrimos que era com as faltas nas consultas médicas em unidades de saúde, que eram 30% dos agendamentos. Em alguns locais, chegava a 50%, gerando uma perda de R\$ 20 milhões por ano. E não adianta investir mais em saúde, se sempre

vai continuar havendo essa perda. Nos concentramos em tentar eliminá-la", contou.

Daí surgiu a inspiração para desenvolver o "Confirma Vitória", um sistema que envia um torpedo para o celular dos pacientes oito dias antes da consulta agendada, solicitando a confirmação ou cancelamento. Ele foi implantado no primeiro semestre de 2016.



VITOR JUBINI

Paulo César usou aptidão com informática para beneficiar postos de saúde

Iniciativa premiada

A ideia de reutilizar a água no espaço escolar fez com que a diretora Kátia Belan, de Vila Velha, inclusive fosse indicada a prêmios por boas práticas.

"Se a gente não trabalhar o coletivo, é muito difícil caminhar. Temos que investir naquilo que vai verdadeiramente motivar toda a comunidade, para ver os resultados"

—
KÁTIA BELAN diretora de escola

"Antes, a gente era otimista, sempre contava que o paciente vai à consulta. Hoje somos pessimistas. Só consideramos que ele vai se ele confirmou, assim como acontece com o sistema de check-in das companhias aéreas. A ideia é que o meu maior lucro é a eliminação do meu maior desperdício. E o cidadão precisa ver que o desperdício no serviço público tem

impacto no seu próprio bolso, porque são seus impostos", explica.

Ou seja, agora, se a consulta não é confirmada no prazo, a vaga é aberta para outra pessoa. Segundo Paulo César, o sistema tem dado certo inclusive nos bairros periféricos, com 90% de adesão.

"A gestão pública se apegou muito ao passado, ao carimbo, ao processo, ao papel, e acabou se atrasando. Hoje há uma mudança cultural e tudo é digital. Às vezes a gente subestima as coisas sem fazer o teste, já acha que vai dar errado. Mas tem que desmitificar", defende.

CONSCIÊNCIA

E se a ideia é incentivar a conscientização por que não começar pelo nosso próprio ambiente? Essa foi a ideia da diretora escolar Kátia Belan, que atua há 20 anos na área de educação em Vila Velha. E mirou o desperdício de água.

Sensibilizada com os apelos por racionamento durante a crise hídrica, em 2015, ela começou a perceber o tanto de água que era desperdiçado no uso do bebedouro da creche em que trabalhava, em Ilha dos Bentos, e adaptou um tonel para captar o que ia pelo ralo para lavar o

SEM PERDAS

"Descobri que tinha como eliminar o nosso desperdício e que isso geraria economia, além de otimizar aquele serviço prestado"

PAULO CESAR FERNANDES SERVIDOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PREFEITURA DE VITÓRIA

chão da unidade.

"Foi pensado por mim e a equipe de merendeiras. E quando as crianças veem as coisas na prática, se envolvem mais e são multiplicadoras das ações dentro de casa", contou.

Ela frisou que o desafio enquanto funcionária deve ser sempre trabalhar naquilo que vá motivar. No caso dela, não motivar apenas os estudantes, mas também toda a comunidade escolar.

"Tem que envolver todo o grupo de trabalho, a família. Se você não consegue trabalhar o coletivo, é muito mais difícil caminhar. Além disso, não deixar de se qualificar. Só estudando mais é que a gente pensa fora da caixinha", acredita.

BOAS IDEIAS

CARIACICA

▼ **Consulta tributária**

Após ter avaliado que os processos de consulta tributária por empresas era muito lento e burocrático, dependendo de muitas remessas de papel, um servidor da Secretaria de Finanças desenvolveu um projeto de informática para agilizar a geração da consulta pelos contribuintes, tornando-a totalmente informatizada.



SERRA

▼ **Atendimento ao público**

Busca do uso de menos papel e finalização do termo técnico para contratação do novo sistema de protocolo, mais ágil, mais virtual e mais eficaz.



MPES

▼ **Promotoria sustentável**

Inaugurada no dia 4 de abril, a sede da nova Promotoria de Justiça de Vila Velha possui duas estações de tratamento que permitem a reutilização da água das torneiras e da chuva para serviços de limpeza e jardinagem. Também possui vidro reflexivo nas fachadas e um sistema de ar condicionado mais econômico e eficiente.



TCES

▼ **Plataforma Cidades**

O Tribunal de Contas do Estado desenvolveu uma ferramenta virtual para disponibilizar dados abertos sobre todos os municípios do Espírito Santo, inclusive informações fiscais que antes eram restritas aos técnicos do Tribunal, como a receita, despesa, gastos com pessoal, com saúde e educação. Com a plataforma, houve um grande avanço na transparência e possibilidade de maior controle social pela população, e ela ficou entre as 12 melhores soluções de governo eletrônico do país.



MARCELO PREST

Mônica Pontes, coordenadora do Banco de Leite do Hucam: iniciativa, que nasceu para atender pacientes, hoje é referência estadual

PROJETOS COLETIVOS GANHAM VISIBILIDADE

Busca por aperfeiçoamento dá resultados no Estado

▲ **NATALIA DEVENS**
ncosta@redgazeta.com.br

Não é só de iniciativas isoladas e individuais que o poder público precisa para se modernizar. O pontapé inicial para um serviço que seja modelo e dê certo muitas vezes surge em função da adoção de políticas públicas, da aprovação de leis ou regulamentos específicos e acordos globais indutores de comportamento.

É fato que este ainda é um caminho que vem sendo percorrido lentamente no Brasil, inclusive pelo excesso de normas e diretrizes, que muitas vezes não se integram ou dialogam entre si. Contudo, também é possível tirar do papel, com excelência, determinações que tenham sido concebidas no conforto dos gabinetes dos gestores, muitas vezes distantes da prática.

Foi assim que desde 2013 o Banco de Leite Humano do Hospital das Clínicas de Vitória, o Hucam,



DIVULGAÇÃO/TJES

Justiça reciclada

Desde 2015, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo começou a selecionar os processos que podem ser descartados e encaminhá-los para a reciclagem.

se tornou referência estadual em aleitamento materno, após um longo caminho percorrido desde 1985, quando o setor foi implantado com um incentivo do governo federal.

Voltado inicialmente para dar apoio apenas aos pacientes do Hucam, o Banco

de Leite começou com a prestação de auxílio e orientação das mães, e a coleta de leite para doação.

Com o passar dos anos, passou também a armazenar, processar e fazer todo o controle de qualidade do leite, até conseguir, em meados dos anos 2000,

um patrocínio para ampliar seu espaço físico.

"Em nível nacional, a política de amamentação recomendou que todo Estado tivesse sua referência. Hoje, nossa maior demanda é assistencial, tanto para o público interno como externo. E a rede privada nos procura para ter apoio na amamentação. É o SUS que dá certo", diz a coordenadora do Banco de Leite, Mônica Pontes.

A enfermeira entende que o serviço que prestam vai muito além do fornecimento de leite materno.

"Vemos hoje a violência em toda parte. Isso mostra como estamos parindo e cuidando de nossos filhos. Aleitamento não é importante só pelo viés nutritivo, ele fornece vínculo afetivo, desenvolve o intelecto", defende.

SUSTENTABILIDADE

Pilhas de papel que não param de crescer. Esta é a realidade em todos os cartórios judiciais, abarrotada

de processos. Mas após uma orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desde 2015 os processos autorizados ao descarte passaram a ser enviados à reciclagem.

Além do reaproveitamento de papel, a medida gerou economia financeira, pois o Judiciário precisa alugar imóveis para armazenar a papelada. Agora, só este ano, 19 mil quilos de papel foram destinados à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

"Hoje, já conseguimos descartar 40% do arquivo de cada fórum. Enquanto o processo judicial não se torna 100% eletrônico, precisávamos tomar uma medida para conter esse problema", explicou o coordenador de Gestão da Informação Documental do Tribunal de Justiça (TJES), Fabio Buaziz de Lima.

As boas ideias do serviço público no Espírito Santo

Servidores põem criatividade e observação em campo para gerar economia e eficiência

Está na Constituição: o serviço público deve obedecer o princípio da eficiência. Ou seja, fazer o que precisa ser feito, da melhor maneira possível. Apesar da norma, ainda é forte a imagem do serviço público como algo moroso, engessado e ultrapassado. Entretanto, nada impede que isto seja rompido. Bons exemplos perto de nós existem, e A GAZETA foi atrás deles.

Mesmo que por meio de um trabalho de formiguinha, iniciativas nos mais diversos órgãos públicos do Espírito Santo já têm conseguido dinamizar práticas de trabalho, apresentar inovações tecnológicas e, é claro, economizar gastos. Além disso, muitas vezes o sucesso de uma iniciativa pode vir de um olhar de alguém que não necessariamente seja daquele meio.

O Paulo César Fernandes, por exemplo, sempre esteve em meio a hardwares, softwares e redes digitais. Contudo, trabalhando na área de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Vitória há dez anos, ele percebeu que esta habilidade com o gerenciamento de informações estava sendo necessária em outro ramo: o da saúde.

“Após um estudo para saber onde estava nosso maior desperdício de recursos, descobrimos que era com as faltas nas consultas médicas em unidades de saúde, que eram 30% dos agendamentos. Em alguns locais, chegava a 50%, gerando uma perda de R\$ 20 milhões por ano. E não adianta investir mais em saúde, se sempre vai continuar havendo essa perda. Nos concentramos em tentar eliminá-la”, contou.

Daí surgiu a inspiração para desenvolver o “Confirma Vitória”, um sistema que envia um torpedo para o celular dos pacientes oito dias antes da consulta agendada, solicitando a confirmação ou cancelamento. Ele foi implantado no primeiro semestre de 2016.

“Antes, a gente era otimista, sempre contava que o paciente vai à consulta. Hoje somos pessimistas. Só consideramos que ele vai se ele confirmou, assim como acontece com o sistema de check-in das companhias aéreas. A ideia é que o meu maior lucro é a eliminação do meu maior desperdício. E o cidadão precisa ver que o desperdício no serviço público tem impacto no seu próprio bolso, porque são seus impostos”, explica.

Ou seja, agora, se a consulta não é confirmada no prazo, a vaga é aberta para outra pessoa. Segundo Paulo César, o sistema tem dado certo inclusive nos bairros periféricos, com 90% de adesão.

“A gestão pública se apegou muito ao passado, ao carimbo, ao processo, ao papel, e acabou se atrasando. Hoje há uma mudança cultural e tudo é digital. Às vezes a gente subestima as coisas sem fazer o teste, já acha que vai dar errado. Mas tem que desmitificar”, defende.

CONSCIÊNCIA

E se a ideia é incentivar a conscientização por que não começar pelo nosso próprio ambiente? Essa foi a ideia da diretora escolar Kátia Belan, que atua há 20 anos na área de educação em Vila Velha. E mirou o desperdício de água.

Sensibilizada com os apelos por racionamento durante a crise hídrica, em 2015, ela começou a perceber o tanto de água que era desperdiçado no uso do bebedouro da creche em que trabalhava, em Ilha dos Bentos, e adaptou um tonel para captar o que ia pelo ralo para lavar o chão da unidade.

“Foi pensado por mim e a equipe de merendeiras. E quando as crianças veem as coisas na prática, se envolvem mais e são multiplicadoras das ações dentro de casa”, contou.

Ela frisou que o desafio enquanto funcionária deve ser sempre trabalhar naquilo que vá motivar. No caso dela, não motivar apenas os estudantes, mas também toda a comunidade escolar.

“Tem que envolver todo o grupo de trabalho, a família. Se você não consegue trabalhar o coletivo, é muito mais difícil caminhar. Além disso, não deixar de se qualificar. Só estudando mais é que a gente pensa fora da caixinha”, acredita.

PROJETOS COLETIVOS GANHAM VISIBILIDADE

Não é só de iniciativas isoladas e individuais que o poder público precisa para se modernizar. O pontapé inicial para um serviço que seja modelo e dê certo muitas vezes surge em função da adoção de políticas públicas, da aprovação de leis ou regulamentos específicos e acordos globais indutores de comportamento.

É fato que este ainda é um caminho que vem sendo percorrido lentamente no Brasil, inclusive pelo excesso de normas e diretrizes, que muitas vezes não se integram ou dialogam entre si.

Contudo, também é possível tirar do papel, com excelência, determinações que tenham sido concebidas no conforto dos gabinetes dos gestores, muitas vezes distantes da prática.

Foi assim que desde 2013 o Banco de Leite Humano do Hospital das Clínicas de Vitória, o Hucam, se tornou referência estadual em aleitamento materno, após um longo caminho percorrido desde 1985, quando o setor foi implantado com um incentivo do governo federal.

Voltado inicialmente para dar apoio apenas aos pacientes do Hucam, o Banco de Leite começou com a prestação de auxílio e orientação das mães, e a coleta de leite para doação.

Com o passar dos anos, passou também a armazenar, processar e fazer todo o controle de qualidade do leite, até conseguir, em meados dos anos 2000, um patrocínio para ampliar seu espaço físico.

“Em nível nacional, a política de amamentação recomendou que todo Estado tivesse sua referência. Hoje, nossa maior demanda é assistencial, tanto para o público interno como externo. E a rede privada nos procura para ter apoio na amamentação. É o SUS que dá certo”, diz a coordenadora do Banco de Leite, Mônica Pontes.

A enfermeira entende que o serviço que prestam vai muito além do fornecimento de leite materno.

“Vemos hoje a violência em toda parte. Isso mostra como estamos parindo e cuidando de nossos filhos. Aleitamento não é importante só pelo viés nutritivo, ele fornece vínculo afetivo, desenvolve o intelecto”, defende.

SUSTENTABILIDADE

Pilhas de papel que não param de crescer. Esta é a realidade em todos os cartórios judiciais, abarrotados de processos. Mas após uma orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desde 2015 os processos autorizados ao descarte passaram a ser enviados à reciclagem.

Além do reaproveitamento de papel, a medida gerou economia financeira, pois o Judiciário precisa alugar imóveis para armazenar a papelada. Agora, só este ano, 19 mil quilos de papel foram destinados à Associações de Catadores de Materiais Recicláveis.

“Hoje, já conseguimos descartar 40% do arquivo de cada fórum. Enquanto o processo judicial não se torna 100% eletrônico, precisávamos tomar uma medida para conter esse problema”, explicou o coordenador de Gestão da Informação Documental do Tribunal de Justiça (TJES), Fabio Buaziz de Lima.

BOAS IDEIAS

Cariacica

Consulta tributária

Após ter avaliado que os processos de consulta tributária por empresas era muito lento e burocrático, dependendo de muitas remessas de papel, um servidor da Secretaria de Finanças desenvolveu um projeto de informática para agilizar a geração da consulta pelos contribuintes, tornando-a totalmente informatizada.

Serra

Atendimento ao público

Busca do uso de menos papel e finalização do termo técnico para contratação do novo sistema de protocolo, mais ágil, mais virtual e mais eficaz.

MPES

Promotoria sustentável

Inaugurada no dia 4 de abril, a sede da nova Promotoria de Justiça de Vila Velha possui duas estações de tratamento que permitem a reutilização da água das torneiras e da chuva para serviços de limpeza e jardinagem. Também possui vidro reflexivo nas fachadas e um sistema de ar condicionado mais econômico e eficiente.

TCES

Plataforma Cidades

O Tribunal de Contas do Estado desenvolveu uma ferramenta virtual para disponibilizar dados abertos sobre todos os municípios do Espírito Santo, inclusive informações físicas que antes eram restritas aos técnicos do Tribunal, como a receita, despesa, gastos com pessoal, com saúde e educação. Com a plataforma, houve um grande avanço na transparência e possibilidade de maior controle social pela população, e ela ficou entre as 12 melhores soluções de governo eletrônico do país.

Decisão judicial impede uso de simulador de direção há um ano

A regra passaria a valer no início de 2016. Enquanto isso os aparelhos estão parados

Desde de 2013 uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que obriga o uso de simuladores de direção nos Centros de Formação de Condutores (CFC) para tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), causa discussão em todo o país. No Espírito Santo, a regra passaria a valer no início de 2016, mas está suspensa por decisão judicial há mais de um ano. Enquanto isso, as autoescolas estão com os equipamentos parados por conta da falta de interesse dos alunos, e também por falhas no registro das possíveis aulas realizadas no sistema do Detran.

A decisão em caráter liminar, ou seja, provisória, é válida para todo o Estado, e foi proferida pelos Juízes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-RJ), que julgou procedente um pedido de inconstitucionalidade da resolução nº 543 do Contran, feito pelo Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Espírito Santo (Sindauto-ES). A ação aguarda julgamento final pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que passou a reunir os processos de todo o país sobre o caso.

"O Contran não pode por meio de uma resolução obrigar os Centros de



GABRIEL LORDÉLO/ARQUIVO

O Detran defende o uso do equipamento porque ele simula situações de trânsito reais e ajuda no aprendizado

Formação de Condutores a comprar o equipamento e transferir esse custo para o usuário. Tudo que foi implantado tem que ser por meio de lei, por isso entramos com a ação. Além do sindicato, tem centenas de CFCs com as mesmas liminares pelo país", explicou o presidente do Sindauto-ES, Alexandre Peruzini.

Pela resolução do Contran, os candidatos a tirar ou adicionar a categoria B da CNH, deveriam passar por cinco horas de aula no simulador de direção. A regra passaria a valer a partir de janeiro de 2016 e

as autoescolas deveriam adquirir o equipamento até o mês de agosto do mesmo ano. De acordo com Peruzini, a utilização do equipamento elevaria o valor da CNH em aproximadamente R\$ 350.

SIMULADORES PARADOS

Segundo Sindauto-ES, no Estado, existem cerca de 260 Centros de Formação de Condutores, e apenas quatro adquiriram o simulador de direção: dois em Vitória, um em Linhares e outro em Anchieta. Todas as autoescolas ouvidas por A GAZETA estão

com os equipamentos desligados, pois, segundo elas, houve perda de finalidade e uma falha não permite o registro das aulas feitas pelos alunos no simulador diretamente no sistema do Departamento de Trânsito do Espírito Santo (Detran).

Uma delas é a autoescola de Osmar Pereira, que fica em Jardim Camburi, Vitória. Osmar adquiriu, em 2013, o equipamento por R\$ 40 mil, que foi usado poucas vezes e desde fevereiro está parado. Os alunos se recusam a fazer as aulas no equipamento por não ser registrado como

hora-aula.

"Nunca conseguimos que todas as aulas que o aluno fizesse fosse, de fato, registrada no banco de dados do Detran. A fabricante diz que está tudo funcionando e o Detran fala que o problema não é com eles. Um funcionário da empresa já esteve aqui, foi na Prodest e verificou que o problema está na re-

cepção desses dados", reclama Osmar.

SISTEMA DE EMBREAGEM

Ainda segundo Osmar, a utilização do simulador seria importante para os alunos sem conhecimento algum de direção, entre outras funcionalidades que poderiam ser oferecidas. "O equipamento, na realidade, ajuda muito, pois possui um sistema de embreagem e caixa de marcha. Se o sistema funcionasse eu acredito que seria uma ferramenta importante para o aprendizado do aluno, porque o simulador permite várias situações, como, ultrapassar com velocidade maior e dirigir à noite com chuva", disse.

Por meio de nota, o Detran defendeu o uso do simulador, por entender ser uma ferramenta positiva no processo de primeira habilitação, que proporcionará primeira sensação de prática veicular ao candidato por colocá-lo em situações que ele encontrará nas ruas. Quanto aos apontamentos feitos pelos donos de CFCs, o Órgão informou que até o momento não foi oficializada nenhuma reclamação.

ENTENDA COMO FUNCIONA

▼ O que é?

O simulador de direção possui ferramentas comuns de um carro, como câmbio, pedais e volante. Em um ambiente virtual, simula situações de trânsito reais que auxilia no aprendizado para tirar a CNH.

▼ Como funciona?

As aulas individuais são iniciadas por meio do registro biométrico (para evitar fraudes) do aluno no equipamento, que funciona de forma integrada com o banco de dados do Detran. A aula, gravada em vídeo, é enviada para o sistema

do órgão.

OBRIGATORIEDADE:

- ▼ A regra do Contran de 2013 prevê cinco aulas no equipamento. O início da obrigatoriedade seria em janeiro de 2016, e os CFCs teriam até outubro do mesmo ano para se adequar.
- ▼ Em setembro de 2016, uma liminar do 2º Tribunal Regional Federal (TRF-RJ) suspendeu a aplicação da regra em todo o Estado.
- ▼ O processo ainda será julgado de forma definitiva, em segunda instância, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 49/2017

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 08/11/2017 foi alterado. TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições de GASES ESPECIAIS, durante um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo - Anexo I deste edital. INFORMAÇÕES GERAIS: entrega das propostas e novo edital no site www.comprasnet.gov.br a partir de 20/11/2017. ABERTURA DE PROPOSTA: 30/11/2017 às 10h no site www.comprasnet.gov.br.

SUEILA DOS SANTOS ROCHA
Pregoeira

LOTEAMENTO

Vista de Vitória

**LOTES PERTO DE TUDO
QUE VOCÊ PRECISA PARA
VIVER COM QUALIDADE!**

LEVAMOS AO LOCAL SEM COMPROMISSO

**IMOBILIÁRIA
UNIVERSAL**

2121-8989

Decisão judicial no Estado impede uso de simulador de direção há 1 ano

A regra passaria a valer no início de 2016. Enquanto isso, os aparelhos estão parados

Decisão judicial impede uso de simulador de direção há um ano A regra passaria a valer no início de 2016. Enquanto isso os aparelhos estão parados Desde de 2013 uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que obriga o uso de simuladores de direção nos Centros de Formação de Condutores (CFC) para tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), causa discussão em todo o país. No Espírito Santo, a regra passaria a valer no início de 2016, mas está suspensa por decisão judicial há mais de um ano. Enquanto isso, as autoescolas estão com os equipamentos parados por conta da falta de interesse dos alunos, e também por falhas no registro das possíveis aulas realizadas no sistema do Detran.

A decisão em caráter liminar, ou seja, provisória, é válida para todo o Estado, e foi proferida pelos Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-RJ), que julgou procedente um pedido de inconstitucionalidade da resolução nº 543 do Contran, feito pelo Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Espírito Santo (Sindauto-ES). A ação aguarda julgamento final pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que passou a reunir os processos de todo o país sobre o caso.

“O Contran não pode por meio de uma resolução obrigar os Centros de Formação de Condutores a comprar o equipamento e transferir esse custo para o usuário. Tudo que for implantado tem que ser por meio de lei, por isso entramos com a ação. Além do sindicato, tem centenas de CFCs com as mesmas liminares pelo país”, explicou o presidente do Sindauto-ES, Alexandre Peruzini.

Pela resolução do Contran, os candidatos a tirar ou adicionar a categoria B da CNH, deveriam passar por cinco horas de aula no simulador de direção. A regra passaria a valer a partir de janeiro de 2016 e as autoescolas deveriam adquirir o equipamento até o mês de agosto do mesmo ano. De acordo com Peruzini, a utilização do equipamento elevaria o valor da CNH em aproximadamente R\$ 350.

Simuladores parados

Segundo Sindauto-ES, no Estado, existem cerca de 260 Centro de Formação de Condutores, e apenas quatro adquiriram o simulador de direção: dois em Vitória, um em Linhares e outro em Anchieta. Todas as autoescolas ouvidas por A GAZETA estão com os equipamentos desligados, pois, segundo elas, houve perda de finalidade e uma falha não permite o registro das aulas feitas pelos alunos no simulador diretamente no sistema do Departamento de Trânsito do Espírito Santo (Detran).

Uma delas é a autoescola de Osmar Pereira, que fica em Jardim Camburi, Vitória. Osmar adquiriu, em 2013, o equipamento por R\$ 40 mil, que foi usado poucas vezes e desde fevereiro está parado. Os alunos se recusam a fazer as aulas no equipamento por não ser registrado como hora-aula.

“Nunca conseguimos que todas as aulas que o aluno fizesse fosse, de fato, registrada no banco de dados do Detran. A fabricante diz que está tudo funcionando e o Detran fala que o problema não é com eles. Um funcionário da empresa já esteve aqui, foi na Prodest e verificou que o problema está na recepção desses dados”, reclama Osmar.

Sistema de embreagem

Ainda segundo Osmar, a utilização do simulador seria importante para os alunos sem conhecimento algum de direção, entre outras funcionalidades que poderiam ser oferecidas. “O equipamento, na realidade, ajuda muito, pois possui um sistema de embreagem e caixa de marcha. Se o sistema funcionasse eu acredito que seria uma ferramenta importante para o aprendizado do aluno, porque o simulador permite várias situações, como, ultrapassagem com velocidade maior e dirigir à noite com chuva”, disse.

Por meio de nota, o Detran defendeu o uso do simulador, por entender ser uma ferramenta positiva no processo de primeira habilitação, que proporcionará primeira sensação de prática veicular ao candidato por colocá-lo em situações que ele encontrará nas ruas. Quanto aos apontamentos feitos pelos donos de CFCs, o Órgão informou que até o momento não foi oficializada nenhuma reclamação.

ENTENDA COMO FUNCIONA

O que é?

O simulador de direção possui ferramentas comuns de um carro, como câmbio, pedais e volante. Em um ambiente virtual, simula situações de trânsito reais que auxilia no aprendizado para tirar a CNH.

Como funciona?

As aulas individuais são iniciadas por meio do registro biométrico (para evitar fraudes) do aluno no equipamento, que funciona de forma integrada com o banco de dados do Detran. A aula, gravada em vídeo, é enviada para o sistema do órgão.

Obrigatoriedade:

A regra do Contran de 2013 prevê cinco aulas no equipamento. O início da obrigatoriedade seria em janeiro de 2016, e os CFCs teriam até outubro do mesmo ano para se adequar.

Em setembro de 2016, uma liminar do 2º Tribunal Regional Federal (TRF-RJ) suspendeu a aplicação da regra em todo o Estado.

O processo ainda será julgado de forma definitiva, em segunda instância, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Condenado a prisão por abusar da filha

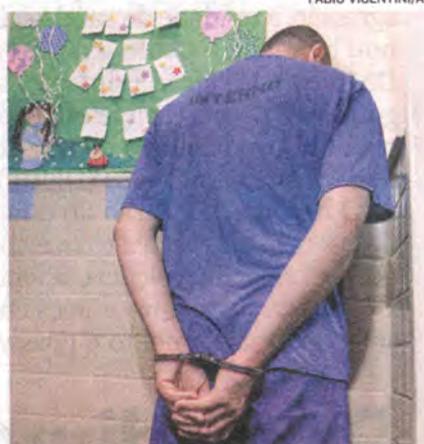
Um motorista autônomo, 34 anos, foi condenado a 17 anos e oito meses de prisão, sem mais chance de recurso, pelo crime de estupro de vulnerável, cometido contra a própria filha, de 5 anos.

De acordo com o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, delegado Lorenzo Pazolini, os abusos aconteceram durante seis meses, em 2013.

“Ele foi indiciado em agosto de 2014, mas, na época, a Justiça entendeu que ele deveria responder o processo em liberdade e estava solto até então”, explicou o delegado.

Para a imprensa, o acusado negou as acusações, afirmou que não ficava sozinho com a criança, que tudo era armação da mãe dela e que ele estar preso foi culpa do advogado, que não provou sua inocência.

Porém, segundo o delegado, foi a própria criança que contou para a avó paterna, mãe do acusado, sobre os abusos. Junto com a mãe da



FÁBIO VICENTINI/AT

MOTORISTA não pode recorrer

criança, ela foi a polícia.

“Temos provas de que ele ficava sozinho com a menina. Há uma prova robusta que é o depoimento da vítima, além do laudo psicossocial que atesta que ela sofreu abusos”, afirmou.

O nome do condenado não está sendo divulgado para preservar a identidade da vítima.

Denunciado pela mãe, homem é condenado a 17 anos de prisão por estuprar filha de 5 anos em Vitória

Avó da vítima foi quem percebeu uma mudança no comportamento e desconfiou do crime. Caso foi investigado pela DPCA.

Um motorista autônomo de 34 anos foi condenado a 17 anos e 9 meses de prisão pelo estupro da filha de 5 anos, em Vitória, após ser denunciado pela própria mãe. O preso negou as acusações, nesta sexta-feira (17). Não cabe recurso à decisão da Justiça.

Os casos aconteceram no segundo semestre de agosto de 2013 e o condenado foi indiciado em agosto de 2014. Ele aguardava o julgamento em liberdade e foi preso na Vila Rubim, na capital, no dia 8 de novembro deste ano.

De acordo com o responsável pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Lorenzo Pazolini, o pai ficava sozinho com a menina algumas vezes, já que era autônomo, enquanto a mãe tinha carga horária fixa. Nessas ocasiões, ele cometeu os atos criminosos.

O delegado contou que o pai dizia para a menina que eles tinham um segredo. O crime de estupro de vulnerável foi comprovado a partir do depoimento da vítima e de um laudo psicossocial.

Denunciado pela mãe

Pazolini disse que a avó paterna da menina, mãe do condenado, foi quem percebeu a mudança no comportamento da vítima, que ficou mais agressiva.

A avó se aproximou mais da criança, que contou o que acontecia para ela e para a mãe. Depois disso, as três foram até a delegacia para registrar o crime.

O homem nega que tenha estuprado a filha e se diz arrependido por não ter sido um pai mais presente. Ele disse, ainda, que não ficava sozinho com a menina. “Eu quase não tinha contato com a criança, quem mais tinha contato era a minha mãe, que ficava tomando conta dela”.

Questionado se se sente injustiçado, ele respondeu: “É a minha versão, né?”. O delegado afirmou que a versão do condenado é totalmente mentirosa.

Presos suspeitos de baleiar pai e filha de 1 ano em Vila Velha

A menina estava no colo do pai, que também foi atingido por um tiro na região lombar

Três homens foram detidos e dois menores apreendidos suspeitos de baleiar pai e a filha de 1 ano e 30 dias na tarde do último sábado (18), no bairro Soteco, no município de Vila Velha.

A criança foi levada e internada no Hospital Infantil de Vila Velha e teve que passar por uma cirurgia após ser atingida por um tiro no pé.

Segundo informações da Polícia Militar (PM), um carro passou atirando em direção a um bar. Houve troca de tiros entre gangues rivais do Morro de Soteco e Cristóvão Colombo.

Policiais militares conseguiram prender os suspeitos no bairro Cristóvão Colombo, também em Vila Velha. Cinco rapazes foram detidos, entre eles dois menores de idade. Dois deles eram foragidos da justiça. Eles estavam com um revólver, uma pistola, carregadores e munições.

A Secretaria de Saúde (Sesa) não informou o estado de saúde do pai e da criança.

Paciente morre e tem pertences roubados em hospital, diz família

José Guilherme era cabeleireiro e atuava na Praia da Costa, em Vila Velha; ele passou mal e foi sozinho até o hospital

Um cabeleireiro de 49 anos morreu durante atendimento no Hospital São Lucas, em Vitória, na manhã desta quinta-feira (16). José Guilherme Chim Soriano, que tinha histórico de pressão alta, sofreu uma parada cardiorrespiratória e caiu no chão na frente do médico que iria atendê-lo. Segundo a família, foi no momento em que o médico saiu para buscar ajuda que um criminoso se aproveitou da situação e roubou o celular e a carteira de José Guilherme.

Como os documentos oficiais do cabeleireiro foram roubados, a família travou uma batalha para conseguir liberar o corpo dele. Segundo a irmã de José Guilherme, Rozana Chim Soriano, 56, o bandido levou a carteira e o celular que estavam no bolso do cabeleireiro. A mochila dele ficou para trás.

“A assistente social do hospital conseguiu um cartão do serviço do meu irmão, comunicou a morte e o serviço dele me ligou informando o que tinha acontecido. Nós já registramos boletim de ocorrência sobre o ocorrido”, explicou Rozana.

Segundo ela, por volta de 16 horas desta quinta-feira (16), o corpo de José Guilherme foi encaminhado para o Serviço de Verificação de Óbito (SVO). No entanto, não tinha médico legista no local e a perícia não poderia ser realizada, prolongando a angústia da família.

“Me falaram que eu só podia retirar o corpo do meu irmão na sexta-feira, com uma liminar do juiz já que não tínhamos nenhum documento dele. Nós ficamos em estado de choque. Somos em oito irmãos, cada um correndo para um lado para conseguir a liberação”.

José Guilherme, que trabalhava em um salão de beleza na Praia da Costa, em Vila Velha, estava se sentindo mal e foi ao hospital sozinho, segundo a irmã. Rozana disse que ligou várias vezes no número do celular do cabeleireiro, após o roubo, porém as ligações só caíram na caixa postal.

Com a liminar da Justiça, a família foi ao SVO e conseguiu liberar o corpo do cabeleireiro às 18 horas desta sexta-feira (17). Ele será enterrado neste sábado (17), às 10 horas, no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória.

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) informou, por meio de nota, que a direção do Hospital Estadual São Lucas lamentou o óbito do paciente José Guilherme Chim Soriano. “Ele deu entrada na unidade e, durante o atendimento no consultório do Pronto-Socorro, o paciente teve uma parada cardiorrespiratória. Imediatamente foi levado para a Sala de Choque (Sala de Reanimação), mas faleceu às 11h22”.

Sobre o crime denunciado pela família de José Guilherme, ocorrido dentro do hospital, a Sesa informou que “o hospital já está com as imagens das câmeras disponíveis e que está à disposição das autoridades para fornecer as informações necessárias para elucidação do caso”.

Família do tráfico: pai e dois filhos são presos em Guarapari

As polícias Civil e Militar realizaram uma operação na cidade, na manhã desta sexta; ao todo, foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça

Pai e dois filhos foram presos durante uma operação realizada pelas polícias Civil e Militar, na manhã desta sexta-feira (17), em Guarapari. Os dois são acusados de tráfico de drogas.

Segundo a delegada Maria da Glória Pessotti, chefe da 5ª Delegacia Regional de Guarapari, a operação foi realizada na pré-temporada de férias. “Como a população de Guarapari aumenta muito durante a alta temporada, também crescem o tráfico de drogas e os crimes contra o patrimônio, por isso estamos em combate à criminalidade com maior intensidade”, detalhou a delegada.

Ao todo, foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Cerca de 90 policiais trabalharam na ação, distribuídos em quatro bairros de Guarapari. Além da apreensão de armas e drogas, dez pessoas foram detidas. Seis pessoas ficaram presas, entre elas o porteiro José Carlos Ferreira e dois filhos dele, o auxiliar administrativo José Carlos Lorete Ferreira e o desempregado Luiz Carlos Lorete Ferreira.

Com os três, a polícia apreendeu 6,6 quilos de maconha, 66 buchas da droga, 24 pedras de crack e mais 600 gramas de crack. Também foram apreendidas uma pistola de brinquedo, celulares, quatro balanças de precisão e R\$ 6,5 mil em espécie. Pai e filhos foram autuados pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

A polícia também manteve presos por tráfico de drogas Fernando Rodrigues dos Santos, Dionízio Vieira e Samuel Mendes Silva. Ainda foram apreendidos um tablete de maconha, crack, munição e mais de R\$ 3,5 mil em espécie.

Os outros quatro detidos - entre eles uma mulher - prestaram depoimento e assinaram um termo circunstanciado por uso de drogas, pois a quantidade de drogas encontrada com eles era muito pequena.

A delegada reforçou que operações como essas devem se repetir.

Familiares de estudante vítima de homofobia fazem passeata em Linhares

O objetivo foi chamar a atenção da população para os casos de violência e pedir justiça

Familiares e amigos da estudante Emilly Martins Pereira, 21 anos, morta com um tiro nas costas juntamente com Meiryhellen Bandeira, 28 anos, no bairro Novo Horizonte, em Linhares, Norte do Estado, fizeram uma passeata na manhã deste sábado (18). O objetivo foi chamar a atenção da população para os casos de violência e pedir justiça. A passeata saiu da Praça 22 de Agosto e percorreu as principais ruas do Centro.

Na próxima terça-feira (21), o crime completa dois meses. O principal suspeito, Roberto Luis Pavani, vizinho da vítima Emilly, teve a prisão decretada no mês passado e encontra-se preso na Penitenciária de Segurança Média I, em Viana. Para a Justiça, a motivação do crime seria homofobia. Em sua decisão, o juiz André Bijos Dadalto cita que os elementos coletados “dão conta de que a motivação do crime foi em decorrência de preconceito em virtude do relacionamento homoafetivo entre as vítimas”.

Campanha paulista atrai famílias para crianças que vivem em abrigos

Um “boa-noite” faria toda diferença na vida de mais de cinco mil crianças acima dos sete anos. A frase é o slogan da campanha “Adote um Boa-Noite”, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que tem como objetivo conseguir famílias para crianças e adolescentes que vivem em abrigos e com chances remotas de adoção – em geral, por estarem acima da idade desejada pelos pretendentes.

A campanha começou em setembro com 18 crianças e adolescentes da Vara de Infância de Santo Amaro e, de lá para cá, 130 famílias já procuraram a Vara, sendo que um estágio de convivência – período necessário para efetivar a adoção – já está em andamento.

O Estado de São Paulo concentra o maior número de crianças que vivem em abrigos: nele estão 13.418 das 47 mil acolhidas em todos os estados, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Somente em 2017, foram emitidas 880 novas guias de acolhimento no estado de São Paulo.

No entanto, das crianças que vivem em abrigo no País, apenas 8.260 crianças estão aptas à adoção no país, de acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), coordenado pela Corregedoria do CNJ. O número de pretendentes é bem maior – 41.698 –, mas a conta não fecha principalmente porque as crianças que esperam por uma família estão, em geral, fora do perfil mais comumente desejado pelos adotantes.

A campanha “Adote um Boa-Noite” foi concebida com base na ideia de que a hora de ir dormir é um momento especialmente solitário no qual as crianças abrigadas não contam, normalmente, com aquele beijo de “boa-noite” dos pais. O tribunal paulista optou por um site que retratasse algumas crianças, nos moldes do que já faz o Estado do Espírito Santo com a campanha “Esperando por Você”. “Não existe vedação no ECA e não são adolescentes infratores, não precisam ser escondidos. A ideia de desestigmatizar passa pela necessidade de pararmos de escondê-las”, diz o desembargador do TJSP Manoel de Queiroz Pereira Calças, Corregedor-geral da Justiça paulista.

As crianças e adolescentes retratados na campanha foram selecionados pelas Varas, passaram por estudos técnicos e autorização das juízas titulares. Todos eles já tiveram o poder familiar destituído e não conseguiram pretendentes no CNA. De acordo com o desembargador Manoel Calças, não foram incluídas no programa crianças cujos estudos indicam que elas não gostariam de se mostrar ou que poderiam se frustrar demais com os eventuais resultados.

Para o desembargador, além de obter famílias para essas crianças, o objetivo da campanha é colocar a questão da adoção na pauta. “As pessoas precisam saber que essas crianças e adolescentes existem e que saem dos abrigos, aos 18 anos, muitas vezes sem referências. Pessoas que não tiveram oportunidade alguma”, diz o desembargador.

Prudência para evitar devoluções

A partir de hoje (15/11), a campanha “Adote um Boa-Noite” será ampliada com a participação de mais 11 crianças e adolescentes da Vara de Infância do Tatuapé. Para o desembargador Manoel Calças, o sucesso verdadeiro dessas adoções, isto é, sem “devoluções” de crianças, é que vai nortear a possibilidade de estender ou não a campanha para as outras Varas do Estado.

“Não desejamos gerar adoções por impulso, pouco refletidas, motivadas por um sentimento de caridade fugaz. Para tanto, os setores técnicos das Varas do projeto estão bastante atentos e são muito preparados. A razão de apenas um estágio de convivência ter se iniciado até agora dentro do projeto reflete esse cuidado”, diz o desembargador Manoel Calças.

De acordo com ele, não se trata de falta de estrutura da Vara para absorver a demanda, e sim intencional prudência. O TJSP está promovendo também um curso de “adoção tardia” para todo o Estado, direcionado a juízes e todos os servidores, sobre as peculiaridades envolvidas nessas adoções.

O curso foi estruturado em quatro seminários com participação de juízes, assistentes sociais e psicólogos e será retransmitido quantas vezes forem necessárias, visto que a procura foi enorme, segundo o magistrado. “Acreditamos que é muito importante, também, que as Varas acompanhem o período “pós adotivo”, além da atenção próxima ao estágio de convivência, a ser realizado com bastante calma”, diz.

Cadastro mais ágil e transparente

O novo Cadastro de Adoção, coordenado pela Corregedoria do CNJ, passa por reformulação e, até o primeiro semestre de 2018, estará operacional para as varas de Infância e Juventude. Entre as mudanças propostas de mudança sugeridas por magistrados, em workshops promovidos pelo CNJ durante este ano, está a unificação dos cadastros de adoção e o de crianças acolhidas. A intenção é possibilitar a pesquisa sobre o histórico de acolhimento de criança, anexando informações como relatório psicológico e social e o Plano Individual de Acolhimento.

O cadastro a ser implantado permitirá a pretendentes à adoção uma busca mais rápida e ampla de crianças disponíveis. O objetivo é que o sistema faça uma varredura automática diária. Dessa forma, caso o juiz não realize uma pesquisa específica por um pretendente disponível, o sistema fará uma busca automática à noite e reportará o resultado ao usuário por e-mail ou malote digital no dia seguinte.

Além disso, o sistema de busca inteligente procurará dados aproximados para ampliar as possibilidades de adoção – por exemplo, se o pretendente restringiu a idade para até três anos, mas há uma criança de quatro anos que está disponível para adoção, seu perfil será apresentado.

Tribunais de Justiça fazem campanhas para adoção de crianças mais velhas

Em São Paulo, projeto 'Adote um boa-noite' atinge duas regiões da capital e ganha espaço até em jogo do Corinthians

SÃO PAULO - Luís Fernando Guggenberger, de 38 anos, e Patrícia Prado, de 36, se lembram bem de quando pousaram os olhos em dois meninos em um abrigo na zona leste de São Paulo, em 14 de novembro de 2013. "Ali a gente teve a certeza de que eram nossos filhos", lembra Guggenberger.

O mais velho tinha 5 anos e o mais novo, quase 2. Irmãos, foram adotados juntos 20 dias após o casal ser habilitado pela Justiça. Para incentivar a adoção tardia e dar a meninos e meninas a oportunidade de convivência familiar, Tribunais de Justiça têm feito campanhas que facilitam o encontro entre futuros pais e filhos.

A rapidez no processo de Luís Fernando e Patrícia tem um motivo: o casal queria adotar irmãos e não se importava se fossem mais velhos. A maioria dos que pretendem adotar, no entanto, não tem esse perfil. Dados do Cadastro Nacional de Adoção, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostram a preferência por bebês. Por outro lado, sobram em abrigos de todo o País crianças mais velhas e adolescentes - 78% dos que aguardam adoção têm 5 anos ou mais.

Em São Paulo, o Tribunal de Justiça lançou campanha de incentivo à adoção de crianças mais velhas. O projeto-piloto foi chamado de "Adote um boa-noite", em referência ao momento do dia em que uma criança com família costuma receber o desejo de boa-noite.

Lançada no Dia da Criança, a iniciativa apresenta 18 crianças e adolescentes sob jurisdição da Vara da Infância de Santo Amaro, com fotos e descrição. "O grande problema era expor ou não as fotos dessas crianças porque o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) veda que as crianças sejam fotografadas", explica o corregedor-geral de Justiça Manoel Pereira. "Mas a interpretação que fizemos é de que a proibição é a situações que coloquem as crianças em situação vexatória. Neste caso, pelo contrário: é situação de carinho, amor e colo."

Desde o lançamento da campanha, 130 pretendentes mostraram interesse em adotar um menino ou uma menina da Vara de Santo Amaro. Nesta quarta-feira, 15, passaram a integrar a lista no site adoteumboanoite.com.br outras 11 crianças e adolescentes da Vara da Infância do Tatuapé, que entraram em campo com jogadores do Corinthians.

Segundo o juiz de direito Gabriel Sormani, coordenador da "Adote um boa-noite", um dos entraves é quando há irmãos. "Uma saída que vem sendo utilizada é serem adotados por famílias diferentes, mas que morem em cidades próximas e se comprometam a manter a relação." Outros seis juízes da capital e do Estado já mostraram interesse na campanha. O TJ pretende expandir a iniciativa em 2018.

Minha mulher, especialmente, sempre quis um mais velho e da cor negra. Também achei importante até para lidar com as questões de diversidade e transmitir esses valores. - **Luís Guggenberger, gerente de Sustentabilidade**

Pelo País

Iniciativa semelhante é aplicada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que em maio lançou "Esperando por você". "Temos crianças acolhidas há mais de cinco anos", explica a assistente social Nathalia Pelegrini, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

Vinte seis crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos gravaram vídeos em que contam seus sonhos e por que gostariam de ser adotados. "Recebemos contatos do Brasil todo e de brasileiros que moram fora", diz Nathalia. Uma criança foi adotada após o lançamento do projeto e três estão em processo, entre elas uma menina de 12 anos com limitações físicas.

"Ela recebeu a visita de um casal. O vínculo foi rápido. No momento em que a criança consegue se sentir pertencente a uma família, percebemos melhora no desenvolvimento. Essa adolescente já está na casa deles, em outro Estado, muito bem adaptada."

Os filhos de Vania Castan, de 38 anos, de São Bernardo, no ABC paulista, também foram "buscados" em outro Estado. Há dois anos, a advogada viajou com o marido a uma pequena cidade mineira atrás de dois irmãos: uma menina de 6 anos e um menino de 4. "Quando conhecemos a história deles (pela assistente social de um abrigo), alteramos a

idade”, conta Vania, que inicialmente tinha preenchido a ficha para o Cadastro Nacional de Adoção atrás de uma criança de até 5 anos.

Em Cuiabá, pretendentes que querem crianças mais novas são convidados a visitar abrigos com acolhidos mais velhos. A iniciativa, que partiu da juíza da 1.^a Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá, Gleide Bispo, ocorre há sete anos. “Zeramos todas as crianças de adoção tardia.”

Gleide também participa do grupo Cegonhas da Adoção, no WhatsApp, com quase 200 magistrados em todas as capitais. “Temos de sair em busca como se fossem filhos nossos, porque estão sob nossa responsabilidade e cada dia que passa é mais um dentro de uma unidade de acolhimento.” No ano passado, o professor carioca Thiago Zalinsq Almeida, de 36 anos, conheceu os filhos, de 12 e 10 anos, em um abrigo em Cuiabá, depois que Gleide acionou o grupo no aplicativo.

Em Pernambuco, a procura sistemática por interessados pela adoção tardia é feita pelo Poder Judiciário desde 2009 após autorização do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado, mas ganhou força no último ano depois que o TJPE passou a divulgar nas redes sociais os perfis de crianças e adolescentes abrigados.

“Não é o ideal. Era ótimo que não tivesse nem abandono. Mas, para o mundo real, pé no chão, é preciso que se esgotem todas as alternativas. Pergunte a uma criança ou adolescente se prefere ficar dentro da instituição ou ter uma família”, diz o coordenador da Infância e Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo.

A Justiça de Pernambuco ainda fez parceria com o time Sport Clube do Recife para o projeto Adote um pequeno torcedor, em que as crianças e adolescentes abrigados relatam em vídeos o que esperam de uma família e suas paixões - incluindo o time de futebol preferido. A ação foi replicada por outras equipes pelo País. “Estou convencido de que pegar pelo coração é o mais importante. Depois, vem a razão.”

SP: só 2 em cada 10 querem adotar em faixa etária superior

De 1.146 crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Estado de São Paulo, 97% têm 5 anos ou mais. Entre os pretendentes, somente 18,6% têm interesse em adotar nessa faixa etária. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) mostram que há 118 pretendentes para cada menino ou menina de até 5 anos. Entre as crianças e os adolescentes com o poder familiar já destituído - ou seja, disponíveis no sistema -, 64 têm entre zero e 5 anos. Mas são 7.599 pessoas interessadas em adotá-los.

A Vara da Infância de Santo Amaro, palco do projeto-piloto da campanha “Adote um boa-noite”, está com aproximadamente 600 crianças e adolescentes abrigados, dos quais cerca de 80 disponíveis para adoção, isto é, que já tiveram o poder familiar destituído. Na Vara da Infância do Tatuapé, há cerca de 60 crianças e adolescentes abrigados, dos quais 15 disponíveis para adoção. “De alguns anos para cá, aumentou a quantidade de pessoas que aceitam adotar crianças um pouco maiores. Eu diria que hoje a barreira se encontra mais próxima dos 8 anos de idade”, explica o juiz de Direito Gabriel Sormani.